

Câmara abre processo contra vereador investigado por importunação

A Câmara Municipal de Currais Novos aprovou por unanimidade, com 11 votos, a abertura de processo ético-disciplinar contra o vereador Lucieldo Silva (PSDB), investigado por importunação sexual contra uma estagiária, caso que poderá resultar na cassação do mandato. A Polícia Civil indicou o parlamentar após analisar depoimentos e imagens de segurança do episódio ocorrido em 30 de junho, e o inquérito foi encaminhado à Justiça e ao Ministério Público. Lucieldo afirma que o gesto foi involuntário, nega intenção de assediar a jovem e alega que o vídeo foi retirado de contexto para alimentar uma disputa política.

Leia mais na Pág. 6

‘Maioria do eleitorado de Allyson é de esquerda’, afirma Babá

O candidato a vice-governador Babá Pereira (PL) afirmou que a maioria dos eleitores de Allyson Bezerra (União) está mais próxima da esquerda e previu que o início da propaganda eleitoral levará os apoiadores de Lula a Cadu Xavier (PT) e os de Flávio Bolsonaro a Álvaro Dias (PL). Apesar da liderança de Allyson nas pesquisas, Babá aposta em uma polarização entre Álvaro e Cadu, com possibilidade de vitória do PL no primeiro turno. Ele também disse que os prefeitos estão mais dispostos a apoiar o bolsonarismo do que em 2022, atribuindo a mudança às dificuldades financeiras dos municípios no governo Lula.

Leia mais na Pág. 3

TRE rejeita recurso de Henrique Alves e mantém condenação

O TRE-RN rejeitou por unanimidade os embargos de Henrique Eduardo Alves e manteve sua condenação a 3 anos e 9 meses de prisão e multa de R\$ 141.180 por lavagem de dinheiro relacionada a R\$ 2,936 milhões repassados pela JBS à campanha de 2014. O julgamento ocorreu em 23 de julho, mas o acórdão só foi publicado nesta quarta-feira 12. Para a Corte, a defesa tentou rediscutir o mérito sem demonstrar omissões ou contradições, e a prescrição das acusações de corrupção passiva e falsidade ideológica eleitoral não impede que a corrupção seja reconhecida como crime antecedente da lavagem.

Leia mais na Pág. 4

Tempo

Natal Hoje

26°

29°

Hoje

22°

30°

P. dos Ferros

22°

31°

Currais Novos

22°

30°

Macau

25°

30°

Álvaro é multado por ‘comício’ em Petrópolis



JUSTIÇA ELEITORAL. O TRE-RN condenou o candidato ao Governo do Estado Álvaro Dias (PL) ao pagamento de multa de R\$ 10 mil por propaganda eleitoral antecipada. A Corte concluiu que um evento realizado em Natal em 30 de junho ultrapassou limites da pré-campanha.



Leia mais na Pág. 4

STF manda TJRN cortar e devolver penduricalhos

Órgão terá 72h para identificar beneficiados e suspender repasse de parcelas irregulares

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) e outras seis cortes suspendam imediatamente verbas indenizatórias não autorizadas ou superiores aos limites fixados para a magistratura. Os tribunais terão 72 horas para identificar os beneficiados e deverão exigir a devolução dos valores que ultrapassaram o limite total de 70% do subsídio, dividido igualmente entre adicional por tempo de carreira e outras parcelas autorizadas. Em cinco dias, deverão comprovar as suspensões e restituições.

Moraes apontou que um magistrado aposentado do TJRN teria recebido R\$ 554,8 mil em abril e R\$ 544,8 mil em maio, além de registrar que 73 magistrados potiguaros ultrapassaram R\$ 100 mil em abril. Os valores, porém, divergem do Portal da Transparência do tribunal, no qual a maior remuneração foi de R\$ 496,6 mil, paga em cada um dos dois meses ao desembargador aposentado Vivaldo Pinheiro. Levantamento do AGORA RN também mostrou que, em maio, 85 juízes e oito desembargadores em atividade receberam acima do teto de R\$ 46.366,19.

A ordem foi expedida após a análise das folhas de pagamento dos tribunais do RN, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro e Rondônia. O TJRN negou irregularidades e afirmou que os valores correspondiam principalmente a férias não gozadas e abono de permanência, pagos conforme as normas nacionais e a capacidade financeira da instituição. Moraes reafirmou, contudo, que as indenizações de férias estão limitadas a 30 dias e devem respeitar o teto das verbas indenizatórias.

Leia mais na Pág. 3

Casos de stalking crescem 24%

Ocorrências contra mulheres passaram de 1.221 para 1.519 em um ano, no RN

Os casos de stalking contra mulheres cresceram 24,4% no Rio Grande do Norte entre 2024 e 2025, passando de 1.221 para 1.519 ocorrências, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026. O aumento foi o maior entre as infrações contra mulheres registradas no Estado. Tipificada como crime desde 2021, a perseguição reiterada

pode causar medo, limitar a liberdade e invadir a privacidade da vítima, além de anteceder episódios de lesão corporal, sequestro e feminicídio.

Leia mais na Pág. 7

Secretaria nega que Alcaçuz tenha apenas 14 policiais penais

A Secretaria da Administração Penitenciária (Seap) negou que Alcaçuz opere diariamente com apenas 14 policiais penais para 1.796 presos, como informou o sindicato da categoria, mas não revelou o efetivo real por questões de segurança. A pasta também contestou a alegação de falhas nas vistorias antes da fuga de 11 detentos, afirmou manter rondas e inspeções permanentes e anunciou investimento superior a R\$ 1,8 milhão na compra de coletes, além de concurso com 200 vagas

imediatas para recompor o quadro. O Sindppen, por outro lado, sustenta que há falta de servidores, equipamentos vencidos e problemas no monitoramento, e pediu à Justiça a suspensão temporária das visitas sociais.

Leia mais na Pág. 7

Algoritmos prolongam dor após termos

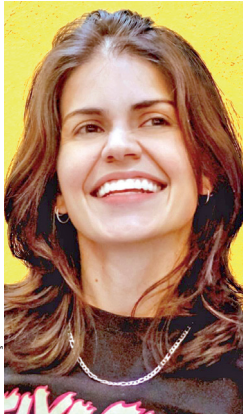
Recomendações repetitivas sobre separações mantêm usuários presos ao assunto

Após o fim de um relacionamento, interações com vídeos sobre separações podem fazer com que as redes sociais passem a recomendar continuamente conteúdos sobre ex-parceiros, estílos de apego e reconciliação. Especialistas

alertam que essa exposição excessiva pode ampliar a angústia, alimentar falsas esperanças e afastar o usuário do trabalho, dos amigos e dos hobbies, embora algumas publicações ofereçam acolhimento e orientações úteis.

Leia mais na Pág. 12

ARTE



Ilustração

Exposição gratuita de Amandrafts retrata o cotidiano e a cultura do RN. PÁG. 13

Governo do Estado avalia reforma do calçadão de Ponta Negra

O Governo do Rio Grande do Norte realiza estudos para reformar o calçadão da Avenida Engenheiro Roberto Freire, em Ponta Negra, que apresenta pedras soltas, desníveis, areia, lixo e problemas de acessibilidade. Ainda sem prazo para começar, o projeto poderá integrar uma reestruturação mais ampla da rodovia estadual, desde o viaduto de Ponta Negra até Nísia Floresta.

Leia mais na Pág. 6



Entidades da imprensa criticam nova decisão de Moraes

Entidades de imprensa classificaram como ameaça à liberdade de expressão e ao sigilo da fonte a busca autorizada por Alexandre de Moraes contra Raimundo Cutrim, apontado como fonte do jornalista Luis Pablo em reportagem sobre o suposto uso de veículo oficial pela família de Flávio Dino.

Leia mais na Pág. 5



Divulgação

Entenda por que o tédio pode fazer bem ao cérebro

Tédio pode favorecer mudanças de comportamento, criatividade, resolução de problemas e processos ligados à memória e ao aprendizado. PÁG. 12

Potiguar Alice Carvalho mergulha na vida de Marta

* * *

Aos 30 anos, atriz se prepara para interpretar a jogadora

♦ Marta em filme dirigido por Andrucha Waddington ♦

A atriz potiguar Alice Carvalho interpretará a jogadora Marta em uma cinebiografia com estreia prevista para 8 de abril de 2027. Para o papel, ela treina três vezes ao dia, mudou a alimentação e passou a seguir uma rotina de acompanhamento médico, enquanto estuda a trajetória da atleta, com quem desenvolveu proximidade. Conhecida por trabalhos como Cangaço Novo, O Agente Secreto e Guerreiros do Sol, Alice também atua na literatura e na música e vê em Marta uma identificação ligada à origem nordestina, à raça, ao gênero e à sexualidade, definindo a jogadora como “um corpo político”.

Leia mais na Pág. 14

ASSINE

O CORREIO DE HOJE

R\$ 50/mês

Receba diariamente seu exemplar.

Fale agora.

WhatsApp: 84 3027-1690



OPINIÃO

Informe do Correio

Mulheres somem da disputa presidencial

O encerramento do prazo das convenções partidárias expôs um dado que deveria constrear a política brasileira. Pela primeira vez desde 2002, a eleição presidencial tende a não ter nenhuma mulher em uma chapa realmente competitiva. Entre as candidaturas com ao menos 1% de intenção de voto nas pesquisas, aparecem apenas duas mulheres, Samara Martins e sua vice, Raquel Bricio, ambas da Unidade Popular. O contraste é evidente. Num país em que 53% do eleitorado é feminino, a disputa pelo cargo mais importante da República volta a ser organizada quase exclusivamente por homens.

A gravidade do quadro não está em apontar este ou aquele partido como responsável isolado pelo problema. Tampouco se trata de reduzir a discussão a uma acusação individual contra dirigentes ou candidatos específicos. A exclusão feminina do topo da política brasileira é um fenômeno antigo, persistente e espalhado por praticamente todo o sistema partidário. O que não se pode aceitar é a naturalização dessa ausência. Uma democracia não pode considerar normal que metade da população desapareça justamente da eleição que define o comando do país.

O déficit de representação fica ainda mais evidente porque não faltaram, nas últimas décadas, tentativas legais de ampliar a participação feminina. Foram criadas cotas de candidaturas, regras para distribuição dos fundos públicos de campanha, alterações na propaganda eleitoral e punições contra candidaturas fictícias. Pode haver divergência legítima sobre a eficácia de cada uma dessas medidas. O resultado, porém, é incontornável. Mesmo com esse conjunto de incentivos e sanções, a barreira que impede mulheres de chegar ao centro da disputa pelo poder nacional continuou de pé.

Parte do problema está na estrutura dos próprios partidos. São eles que selecionam lideranças, constroem trajetórias, distribuem dinheiro, organizam palanques, oferecem tempo de exposição e decidem quais nomes receberão condições reais de competição. A política não começa no momento da convenção. Antes dela, há anos de formação de redes, ocupação de espaços, definição de prioridades e negociação interna. É nesse percurso que muitas mulheres são mantidas em posição secundária, mesmo quando possuem densidade eleitoral, experiência pública e reconhecimento social.

Os partidos também são responsáveis por definir quem se senta à mesa onde se escolhe uma candidatura presidencial. Essa mesa continua majoritariamente masculina. Quando mulheres aparecem, muitas vezes surgem como alternativas convenientes para compor a chapa, equilibrar a imagem pública ou suavizar resistências. Raramente são tratadas, desde o início, como opções naturais para liderar o projeto. Assim, a política brasileira aceita mulheres como complemento, mas reluta em reconhecê-las como centro da disputa pelo poder.

A eleição deste ano oferece exemplos eloquentes. No PL, Michelle Bolsonaro chegou a ser mencionada por aliados tanto como possível cabeça de chapa quanto como eventual vice. A senadora Tereza Cristina, do PP de Mato Grosso do Sul, também apareceu entre os nomes mais competitivos para integrar uma candidatura presidencial. Nenhuma das duas alternativas prosperou. Flávio Bolsonaro, do PL, acabou escolhendo um homem para vice. O episódio mostra que mesmo mulheres com capital político, visibilidade nacional ou presença consolidada dentro de seus campos encontram resistência quando o passo seguinte é ocupar o posto principal.

No PT, a situação revela outra face do mesmo problema. Lula volta a disputar a Presidência pela sétima vez e terá novamente Geraldo Alckmin, do PSB, ao seu lado. O partido, historicamente identificado com bandeiras de inclusão e representação, não apresentou publicamente uma discussão relevante sobre uma alternativa feminina para a chapa. A repetição de uma composição masculina no topo não pode ser tratada como mero detalhe. Ela confirma que, da direita à esquerda, a dificuldade de abrir espaço efetivo para mulheres nas chapas presidenciais permanece praticamente intacta.

O comportamento dos partidos diante das regras de incentivo à participação feminina ajuda a explicar por que o avanço é tão limitado. Quando essas normas começaram a produzir efeitos concretos sobre a divisão dos recursos, cresceu também o movimento para flexibilizá-las. PT, PL e outras legendas defenderam junto ao Tribunal Superior Eleitoral, em meados do ano, que candidaturas majoritárias fossem excluídas do cálculo das cotas destinadas a mulheres e negros. A iniciativa revela o limite do discurso partidário. A valorização da presença feminina costuma ser aceita enquanto não interfere de modo relevante na distribuição do dinheiro, do tempo e do poder.

A anistia aprovada pelo Congresso para legendas que descumpriram essas exigências no passado recente reforça essa contradição. O sistema político cria regras, descumpre regras e depois encontra meios de reduzir o custo do descumprimento. O resultado é previsível. As normas perdem força, as candidaturas femininas seguem subfinanciadas ou subordinadas, e os partidos preservam estruturas internas que favorecem os mesmos grupos de sempre.

O desaparecimento das mulheres da principal disputa eleitoral do país não é uma curiosidade estatística. É a demonstração de que a política brasileira ainda trata liderança feminina como exceção, não como expressão normal da democracia. Num eleitorado majoritariamente feminino, a ausência de mulheres competitivas na eleição presidencial revela distorção profunda entre sociedade e representação.

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, observou recentemente que só haverá plena igualdade quando ninguém estranhar um Supremo composto apenas por mulheres. A provocação também vale para a política. O problema brasileiro não é a falta de mulheres preparadas para governar. O problema é a resistência de um sistema partidário que continua estreitando o caminho delas até os espaços mais altos do poder.



Reforma tributária não aceita recuos

Rogério Marinho, coordenador da campanha de Flávio, defendeu em maio a suspensão por um ano da implementação da reforma tributária, sob o argumento de que seria preciso rediscutir pontos centrais do novo sistema de impostos. No mês passado, Daniella Marques, principal voz econômica da campanha, também fez críticas ao modelo aprovado, em reunião com investidores. Depois da reação ruim, afirmou que não pretendia revogar a reforma, mas apenas aperfeiçoá-la. No início deste mês, Caiado seguiu linha semelhante ao dizer que revisaria alguns trechos. Mudam os verbos, não muda o sentido. Pausar, aperfeiçoar ou revisar significam, neste caso, abrir caminho para a pressão de grupos de interesse que sempre resistiram à reforma.

A possibilidade de uma revisão produzir uma lei melhor do que a aprovada pelo Congresso é mínima. Não há sinal de que os críticos pretendam enfrentar o principal problema do texto final, que foi justamente o excesso de exceções e isenções. Ao contrário, a pressão tende a vir dos setores que desejam preservar privilégios, ampliar regimes especiais ou escapar da regra geral. O resultado seria o mesmo de sempre. Quanto maior a lista de favorecidos, maior a alíquota suportada pelos demais contribuintes.

O Brasil convive há décadas com uma estrutura tributária que beira a irracio-

nalidade. A multiplicidade de tributos, normas municipais, regras estaduais e exigências federais transformou o pagamento de impostos numa tarefa custosa, incerta e sem paralelo razoável no mundo. Empresas precisam manter equipes inteiras apenas para interpretar obrigações, acompanhar alterações, prevenir autuações e lidar com conflitos de competência. O sistema consome energia, dinheiro e inteligência que poderiam estar voltados à produção, à inovação e à expansão dos negócios.

A indústria de cosméticos oferece um retrato eloquente dessa deformação. Perfumes são tributados em 42%, águas-de-colônia em 12% e desodorantes em percentual ainda menor. A distinção artificial levou o mercado brasileiro a criar classificações igualmente artificiais, como o “deo perfume”, uma categoria nascida menos da lógica do produto do que da tentativa de escapar de uma tributação sem coerência.

Essa barafunda não atrapalha apenas o cumprimento da lei. Ela distorce decisões de investimento. Empresas passam a escolher onde produzir, vender ou se instalar não pela qualidade da mão de obra, pela proximidade do consumidor ou pela eficiência logística, mas pela possibilidade de obter incentivos, isenções ou reduções tributárias. O capital, já escasso, acaba direcionado por atalhos fiscais, e não por critérios econômi-

cos racionais. A economia brasileira gira, mas gira travada.

A reforma aprovada em 2023 enfrentou esse nó histórico ao unificar cinco tributos, PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI, em um imposto sobre valor agregado dividido em dois componentes, a CBS, da União, e o IBS, compartilhado por estados e municípios. Também criou o Imposto Seletivo, voltado a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. O texto não saiu perfeito. Longe disso. A atuação de grupos organizados no Congresso multiplicou exceções e reduziu a potência da mudança. Ainda assim, o novo modelo é muito superior ao sistema atual.

O período de transição já é longo. A implementação só estará concluída em 2032, prazo suficiente para ajustes operacionais, adaptação das empresas e reorganização dos entes federativos. Atrasar esse calendário significaria prolongar os custos do sistema velho e adiar ganhos de produtividade para todo o país.

Por isso, causa preocupação que candidatos à Presidência tratem a reforma como peça reversível. O Brasil tem problemas demais para desperdiçar um avanço institucional desse tamanho. Alguns setores e governos terão dificuldades na adaptação, mas esse custo é menor que o preço de manter a desordem atual. A reforma pode exigir atenção, regulamentação cuidadosa e correções pontuais. Retrocesso, não.

Não se deve sabotar reforma tributária

As promessas dos candidatos à Presidência Flávio Bolsonaro, do PL, e Ronaldo Caiado, do PSD, de reverter a reforma tributária são irresponsáveis. Aprovada em 2023, a unificação dos impostos sobre o consumo representou o primeiro avanço concreto contra o pandemônio tributário que há décadas dificulta a vida das empresas, desorganiza investimentos e torna o Brasil um ambiente hostil para quem produz. A mudança não nasceu de improviso. Foi aprovada depois de longos debates no Congresso, construiu amplo consenso político e ainda estabeleceu uma transição de dez anos, justamente para permitir adaptação gradual à nova estrutura. É natural que tenha deixado contrariados. O problema é transformar a insatisfação de grupos de interesse em promessa eleitoral de recuo.

Em maio, Rogério Marinho, coordenador da campanha de Flávio, defendeu interromper por um ano a implementação da reforma para rediscutir pontos centrais do novo modelo de impostos. No mês passado, Daniella Marques, principal porta-voz econômica da campanha, criticou a reforma tributária diante de investidores. Depois da reação negativa, procurou corrigir a rota e disse que a intenção não era revogar o texto, mas aperfeiçoá-lo. No início deste mês, Caiado afirmou que revisaria alguns pontos. A forma muda, o objetivo permanece. “pausar”, “aperfeiçoar”, “revisar” são verbos diferentes para uma mesma pressão, a de favorecer setores que resistiram à reforma desde o início.

A possibilidade de uma nova rodada de revisão resultar em legislação melhor que a aprovada pelo Congresso é mínima. Não se vê, entre os críticos, disposi-

ção para enfrentar o excesso de exceções e isenções que enfraqueceu o texto final e ajudará a elevar a alíquota incidente sobre os demais produtos. Ao contrário, o risco evidente é ampliar ainda mais esses privilégios. Cada setor protegido transfere parte da conta aos outros contribuintes. É assim que o sistema brasileiro se tornou caro, confuso e injustificável.

O Brasil convive há décadas com uma profusão de tributos municipais, estaduais e federais, cada qual acompanhado de normas, interpretações e conflitos. Apenas para cumprir a lei, empresas precisam manter equipes numerosas dedicadas a decifrar obrigações, acompanhar mudanças e evitar autuações. A complexidade virou custo permanente. Em muitos casos, o empresário gasta mais energia tentando entender a regra tributária do que aperfeiçoando produtos, ampliando mercados ou elevando produtividade.

A indústria de cosméticos revela o absurdo desse modelo. Perfumes são tributados em 42%, águas-de-colônia em 12% e desodorantes em percentual ainda menor. Para escapar dessa diferenciação sem lógica, o próprio mercado criou classificações estranhas, como o “deo perfume”. Quando a tributação induz a criação artificial de categorias, já não se trata apenas de arrecadar. O imposto passa a interferir na forma como produtos são concebidos, vendidos e registrados.

Essa confusão também distorce decisões de investimento. Empresas deixam de escolher localização pela qualidade da mão de obra, pela proximidade dos consumidores ou pela eficiência logística. Muitas vezes, decidem onde instalar fábricas, centros de distribuição ou operações com base na possibilidade de obter incentivos, isenções ou reduções

tributárias. O capital, escasso no Brasil, acaba direcionado por vantagens fiscais, não por eficiência econômica. A economia segue funcionando, mas com freios permanentes.

A reforma aprovada em 2023 enfrentou esse nó ao reunir cinco impostos, PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI, em um imposto de valor agregado dividido em dois componentes, a CBS, de competência da União, e o IBS, compartilhado por estados e municípios. Também criou o Imposto Seletivo, voltado a produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente. O resultado ficou longe do ideal porque grupos de interesse pressionaram o Congresso para entrar nas listas de exceções. Mesmo imperfeito, o novo modelo é muito superior ao sistema atual.

O período de transição só termina em 2032. Não há, portanto, razão para atraso deliberado. Empresas, setores e entes federativos já contam com prazo extenso para adaptação. Qualquer postergação prolongará os custos de um sistema reconhecidamente disfuncional e adiara ganhos que interessam ao país inteiro.

Causa consternação que candidatos à Presidência proponham retrocesso em área na qual o Brasil finalmente conseguiu avançar. Há inúmeros problemas ainda por enfrentar. Reabrir uma reforma aprovada depois de décadas de discussão apenas para atender insatisfações setoriais seria desperdício institucional. Ajustes operacionais podem ser necessários. Regulamentação cuidadosa também. Recuo, não. A adaptação será difícil para alguns setores e entes federativos, mas o país não pode abandonar uma conquista que começou a desmontar uma das maiores anomalias de sua economia.

POLÍTICA

TJRN vai ter de cortar penduricalhos

Ministro determina interrupção imediata de verbas fora das regras do STF, dá 72 horas para identificação dos beneficiados e cita remunerações superiores a R\$ 500 mil no Estado; tribunal havia negado irregularidades

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) e outros seis tribunais suspendam imediatamente o pagamento de verbas indenizatórias não autorizadas pela Corte ou que ultrapassem os limites estabelecidos para os chamados “penduricalhos” da magistratura.

A decisão, proferida nesta quarta-feira 12, também obriga os tribunais a identificarem, em até 72 horas, os magistrados beneficiados por parcelas irregulares e a exigir a devolução dos valores recebidos acima dos parâmetros definidos pelo Supremo.

A ordem alcança magistrados ativos e aposentados e pensionistas. Deverão ser interrompidas tanto as verbas não previstas expressamente na decisão do STF quanto as parcelas autorizadas que excedam o limite de 35% do subsídio. A restrição abrange inclusive pagamentos classificados pelos tribunais como “verbas rescisórias” ou nomenclaturas semelhantes.

Depois de identificar os beneficiados, os tribunais deverão determinar a “imediata devolução” dos valores recebidos acima do limite total de 70%

do subsídio, composto por duas categorias: até 35% para a parcela de valorização por tempo de antiguidade na carreira e outros 35% para as demais verbas indenizatórias autorizadas. Os tribunais terão cinco dias para apresentar ao Supremo os documentos que comprovem a suspensão dos pagamentos e as devoluções exigidas.

A parcela de valorização por tempo de antiguidade na carreira, conhecida pela sigla PVTAC, somente poderá continuar sendo paga até o limite de 35% se houver comprovação do efetivo tempo de serviço de cada beneficiário. Moraes também determinou que o corregedor nacional de Justiça seja comunicado para fiscalizar o cumprimento da ordem e apurar eventual responsabilidade administrativa e disciplinar dos presidentes dos tribunais por pagamentos anteriores feitos em desacordo com as regras do STF.

Na decisão, Moraes cita pagamentos considerados “exorbitantes” no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. Segundo o documento, um magistrado aposentado teria recebido R\$ 554.812,41 em abril e R\$ 544.867,19 em maio. O ministro também afirma que 73 magistrados potigües receberam mais de R\$ 100 mil em abril.

Os valores atribuídos ao magistrado aposentado divergem dos dados disponíveis no Portal da Transparência do TJRN. Nos registros públicos do tribunal, a maior remuneração nos dois meses foi destinada ao desembargador aposentado Vivaldo Pinheiro, com R\$ 496.641 em abril e o mesmo valor em maio. A decisão de Moraes não identifica nominalmente o beneficiário mencionado nem explica a diferença entre as quantias registradas pelo tribunal e



TJ diz que valores questionados correspondem a indenizações por férias não gozadas e abono de permanência

as apresentadas pelo ministro.

Histórico

A nova ordem foi proferida após sete tribunais questionados pelo Supremo terem enviado, em julho, explicações e cópias de suas folhas de pagamento. Além do Rio Grande do Norte, a decisão atinge os Tribunais de Justiça do Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro e Rondônia. Moraes afirmou que a documentação revelou “inúmeras verbas pagas em desacordo” com as determinações da Corte.

Os parâmetros para o pagamento dos penduricalhos foram definidos pelo STF em julgamento realizado em 25 de março e complementados em 1º de julho. Para Moraes, apesar da “clareza dessas diretrizes”, as folhas encaminhadas ao Supremo demonstram que tribunais continuaram pagando parcelas não autorizadas ou acima dos limites fixados.

Entre as parcelas consideradas irregulares pelo ministro aparecem auxílio-assistência

pré-escolar, licença compensatória, gratificações por atuação em turma recursal, direção de fórum, mesa diretora e funções administrativas, auxílio-mudança, auxílio-adoção e pagamentos por grupos de metas, coordenações especiais, acúmulo de distribuição e exercício dos cargos de presidente, vice-presidente e corregedor, entre outras rubricas.

No Maranhão, Moraes apontou a autorização de R\$ 3,26 milhões em verbas rescisórias para um único desembargador aposentado, divididas em 12 parcelas. No Rio de Janeiro, ao menos cinco magistrados receberam mais de R\$ 200 mil em abril, enquanto 589 ultrapassaram R\$ 100 mil. No Distrito Federal, uma magistrada recebeu R\$ 490,6 mil em maio. Em Goiás, nove magistrados tiveram rendimentos superiores a R\$ 200 mil em abril. No Paraná, 73 magistrados receberam mais de R\$ 100 mil no mesmo mês, e, em Rondônia, aproximadamente 90% da magistratura ultrapas-

sou esse valor.

O caso teve início depois que uma reportagem da Folha de S. Paulo apontou remunerações acima dos parâmetros definidos pelo Supremo. Em 6 de julho, Moraes e os ministros Gilmar Mendes, Cristiano Zanin e Flávio Dino determinaram que os tribunais apresentassem informações detalhadas sobre todos os pagamentos realizados a magistrados ativos, aposentados e pensionistas entre abril e julho, com a separação das parcelas remuneratórias e indenizatórias.

Levantamento publicado anteriormente pelo jornal Agora RN, com base na folha de maio, mostrou que 85 juízes e oito desembargadores em atividade receberam valores líquidos acima do teto constitucional do Judiciário, fixado em R\$ 46.366,19. Dos 226 juízes e 14 desembargadores ativos contabilizados, quatro juízes e dois desembargadores tiveram rendimentos líquidos superiores a R\$ 100 mil naquele mês.

‘Maioria do eleitorado de Allyson é de esquerda’, diz Babá

O candidato a vice-governador Babá Pereira (PL) afirmou que o eleitorado de Allyson Bezerra (União) está mais próximo da esquerda do que da direita, e que esse cenário tende a mudar com o início efetivo da campanha eleitoral, na próxima semana. Na avaliação do vice de Álvaro Dias (PL), quando a propaganda eleitoral tiver início, eleitores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tendem a se aglutinar em torno do candidato a governador Cadu Xavier (PT), enquanto adeptos de Flávio Bolsonaro (PL) devem se concentrar em torno de Álvaro.

Babá sustentou que os cru-

zamentos de pesquisas eleitorais indicam uma concentração dos eleitores de direita em torno de Álvaro, enquanto Allyson receberia votos principalmente de pessoas identificadas com a esquerda e o centro. “O nosso eleitorado está muito definido, eleitorado de direita. E nós temos aí praticamente 90% do eleitorado de direita que vota com a gente”, declarou.

Ao ser lembrado que Allyson lidera levantamentos sobre a corrida pelo Governo do Estado, Babá relativizou o desempenho do adversário. “Alguns ele lidera, outras não”, respondeu. Na avaliação do candidato a vice, a composição

atual das intenções de voto poderá mudar quando a propaganda eleitoral apresentar mais claramente os campos políticos representados pelos concorrentes.

“A grande maioria do eleitorado que está votando em Allyson é de esquerda”, afirmou Babá. Para ele, o início da campanha oficial, aliado à propaganda no rádio e na televisão, levará parte dos eleitores a rever suas escolhas conforme a identificação ideológica. “Na hora que o time cair em campo e começar o programa eleitoral na televisão e no rádio, o eleitor vai definir quem é direita e quem é esquerda e vai seguir a sua ideologia”, acrescentou.

Ao projetar a disputa estadual, Babá afirmou acreditar que Álvaro pode vencer no primeiro turno, embora tenha reconhecido a dificuldade desse cenário. Se houver uma segunda etapa, ele prevê uma polarização entre o candidato do PL e Cadu Xavier, deixando Allyson fora da disputa. “Se houver um



Candidato a vice-governador Babá

segundo turno, nós acreditamos muito na polarização”, declarou. Em seguida, apontou o confronto esperado: Álvaro, representando a direita, contra Cadu, “que representa a esquerda”.

Apoio de prefeitos

Uma das estratégias é explorar o engajamento de prefeitos na disputa ideológica.

Entre os candidatos a governador, Álvaro Dias é aquele que tem o maior número de apoios entre os gestores municipais. Babá afirmou que o apoio local ao bolsonarismo está mais aberto do que na eleição anterior. “Tem muitos hoje, diferentemente de quatro anos atrás, que defendem também Flávio Bolsonaro abertamente”, disse.

Segundo o candidato a vice-governador, na campanha de 2022 havia resistência de prefeitos a tornar público o apoio a Jair Bolsonaro (PL). “Eu lembro que há quatro anos atrás poucos tinham essa coragem de defender”, afirmou. Babá citou sua atuação em São Tomé e o engajamento de outros gestores que pediram votos para o então presidente. Na avaliação dele, essa mobilização não foi suficiente para garantir a vitória de Bolsonaro no Estado, mas ajudou a diminuir a diferença em alguns municípios.

Babá disse perceber agora maior disposição dos prefeitos para apoiar Flávio Bolsonaro.

O maior valor entre os magistrados em atividade foi de R\$ 110.780,25, pago ao juiz Pedro Rodrigues Caldas Neto, da 13ª Vara Criminal de Natal.

O que diz o TJRN

Em nota enviada ao Agora RN e a O Correio de Hoje em julho, o TJRN negou ter descumprido as regras estabelecidas pelo Supremo. O tribunal sustentou que os valores questionados correspondiam principalmente a indenizações por férias não gozadas e abono de permanência, parcelas que, segundo a Corte potiguar, possuem tratamento específico e não estariam submetidas ao teto constitucional da mesma maneira que a remuneração ordinária. Em nova nota nesta quarta-feira, a Corte voltou a defender a legalidade dos pagamentos e acrescentou que eles ocorreram “de acordo com a capacidade financeira da instituição”.

Ainda segundo o TJRN, os pagamentos elevados estavam relacionados a férias de magistrados. Na ocasião, declarou que essas verbas eram ressalvadas tanto pela decisão do STF quanto pela Resolução Conjunta nº 14 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Moraes reafirmou, contudo, que a indenização por férias não gozadas está autorizada por, no máximo, 30 dias e deve respeitar o limite destinado às verbas indenizatórias. Também podem ser pagas, dentro das condições estabelecidas, diárias, ajuda de custo em caso de mudança de domicílio, auxílio-saúde mediante comprovação, gratificação por exercício cumulativo de jurisdição, adicional por comarca de difícil provimento, décimo terceiro salário, terço de férias, abono de permanência e gratificação pelo acúmulo de funções eleitorais.

Vereadoras abandonam mais a política, aponta estudo

Mulheres eleitas vereadoras no Brasil têm maior probabilidade de abandonar a política ou de não conseguir um novo mandato do que os homens. A conclusão é de um estudo publicado na revista científica Brazilian Political Science Review.

Os pesquisadores Lucas Gelape, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e Débora Thomé, professora do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), analisaram dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O levantamento acompanhou a trajetória dos 51.478 vereadores eleitos em 2008 nas eleições seguintes, até 2020.

Entre os homens, 38% fo-

ram reeleitos ao menos uma vez no período. Entre as mulheres, o índice ficou em 31%. Mesmo quando são comparados candidatos de idade, escolaridade e perfil partidário semelhantes e eleitos em municípios do mesmo porte, a diferença permanece: a chance de reeleição varia de 35% a 36% entre elas e de 37% a 38% entre eles.

A taxa de abandono também é maior entre as mulheres. Após a eleição de 2008, 24% delas deixaram as disputas eleitorais, ante 20% dos homens. Outras 27% tentaram a reeleição sem sucesso, enquanto esse percentual foi de 23% no grupo masculino.

Os autores apontam que a falta de apoio partidário e a percepção de um ambiente político

hostil podem influenciar a assistência, embora o estudo não estabeleça uma relação direta de causa e efeito. “Uma vez que você tenta e não consegue, entrar numa nova disputa é muito custoso. Elas citam essa falta de apoio nas instâncias partidárias”, afirma Débora Thomé.

A vereança é considerada a principal porta de entrada no sistema político brasileiro por oferecer maior número de vagas e exigir poucos requisitos legais. Segundo a pesquisadora, o abandono é mais frequente nesse estágio porque políticos que já chegaram a cargos estaduais ou federais costumam tentar retornar por meio de outras disputas, mesmo depois de uma derrota.

Trajetória dos vereadores eleitos em 2008

■Abandonou a disputa
Homens: 20,5% / Mulheres: 23,8%
■Tentou a reeleição e não conseguiu
Homens: 23,5% / Mulheres: 27,1%
■Reelegeu-se ao menos uma vez
Homens: 38,1% / Mulheres: 31,5%
■Disputou a prefeitura e perdeu
Homens: 9,7% / Mulheres: 10,4%
■Venceu a disputa pela prefeitura
Homens: 8,2% / Mulheres: 7,2%

Fonte: Estudo publicado na Brazilian Political Science Review, com dados do TSE e acompanhamento até 2020.

A proporção de vereadores que tentaram disputar prefeituras foi semelhante: 17% das mulheres e 18% dos homens. Entre os que concorreram, 7% delas venceram, diante de 8% deles.

Apesar de a legislação obrigar os partidos a reservar pelo menos 30% das candidaturas para mulheres, Thomé considera que a medida ampliou a entrada, mas não garantiu a permanência. Ela defende a reserva efetiva de cadeiras nos Legislativos. “A vaga não vai estar mais só na chapa, o partido vai ter que ocupar algumas das suas cadeiras, proporcionalmente, com mulheres”, afirma.

Para Thomé, nenhuma Câmara Municipal deveria funcionar sem representação feminina. “Uma Câmara sem nenhuma mulher significa que a voz desse grupo, que é maioria no Brasil, não está sendo escutada”, declara.

POLÍTICA

Álvaro Dias é multado por ‘comício’

Corte conclui que evento realizado em via pública, com cadeiras, sonorização, jingle e material padronizado, teve características de campanha; candidato terá de pagar R\$ 10 mil

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN) condenou o candidato ao Governo do Estado Álvaro Dias (PL) ao pagamento de multa de R\$ 10 mil por propaganda eleitoral antecipada. Por 5 votos a 1, a Corte concluiu que um evento realizado em Natal em 30 de junho ultrapassou os limites permitidos à pré-campanha e assumiu características de um ato eleitoral em via pública, com estrutura de sonorização, execução de jingle, discurso político e distribuição de adesivos padronizados.

A decisão do TRE-RN foi proferida na sessão desta terça-feira 11, em uma representação apresentada pelo partido Republicanos — que integra a coligação do candidato adversário Allyson Bezerra (União). O evento questionado ocorreu em Petrópolis, na Zona Leste de Natal, e contou com microfone, caixas de som e público acomodado em cadeiras instaladas na rua. O partido adversário alegou que o ato, realizado quase dois meses antes do início oficial da propaganda eleitoral, assemelhou-se a um comício e projetou a candidatura perante convidados e pessoas que circulavam pelo local. O ato foi divulgado no Instagram pelo perfil @matheusperes.rn com a legenda “Primeira reunião da noite! #timeálvarodias”. O próprio Álvaro também



Álvaro Dias e aliados durante reunião na rua em Petrópolis, no mês de junho

publicou registros da agenda em sua página oficial e utilizou a expressão “Agora é a vez do RN”. As imagens e os vídeos foram preservados pelo Republicanos por meio de uma ferramenta de certificação digital. Na manhã desta quarta-feira 12, o conteúdo ainda permanecia no ar. O encontro com a participação de Álvaro Dias foi batizado de “Arraiá de Tetê” e foi organizado pela loja Tetê Modas, em frente à unidade localizada na Rua Tuiuti, em Petrópolis. Além de Álvaro, o presidente da Câmara Municipal, Eriko Jácome (PSDB), participou do evento.

Durante o julgamento no TRE-RN, prevaleceu o entendimento de que o encontro não ficou restrito a uma residência. Para o desembargador Ricardo Procópio, as provas mostraram Álvaro discursando em via pública sobre sua trajetória política e as eleições de 2026, diante de pessoas acomodadas em cadeiras. Também foram identificados es-

trutura de som, jingle de campanha e adesivos com a frase “Agora é a vez do RN – Álvaro”. A defesa sustentou que se tratava originalmente de uma reunião privada que teria “transbordado” de forma espontânea para a rua. O argumento não convenceu a maioria dos julgadores. Em seu voto, Ricardo Procópio afirmou que a colocação de cadeiras no espaço público e a utilização de uma estrutura organizada afastavam a hipótese de uma expansão ocasional do encontro. “O que a gente vê, nesse aparato todo, não é transbordamento de nada”, afirmou o desembargador durante a sessão. Segundo ele, o evento reuniu elementos próprios de campanha. “O próprio candidato, ou pré-candidato, porque não há candidatura ainda, discursou sobre sua atuação política com projeção para as eleições vindouras. Utilizou-se de estrutura de sonorização, da veiculação



População ouviu discursos na rua, e evento também distribuiu adesivos

de jingle de campanha e de adesivos padronizados”, declarou. Ricardo Procópio avaliou que as provas demonstraram “a organização deliberada de evento político-eleitoral antes do período autorizado”, com distribuição de material gráfico, discurso, sonorização e jingle em plena via pública. Para o magistrado, o ato alcançou não apenas os convidados, mas também os transeuntes, criando uma exposição eleitoral vedada e desequilíbrio entre os concorrentes. Outros integrantes da Corte destacaram a presença de cadeiras organizadas na rua, cones para disciplinar o tráfego, pessoas com camisas de equipe e adesivos padronizados. O conjunto levou a maioria a rejeitar a tese de que a baixa dimensão do encontro impediria sua classificação como ato de propaganda. Os magistrados entenderam que a caracterização da irregularidade não de-

pende do tamanho do público, mas da natureza da estrutura e da mensagem transmitida.

Pedido de voto e aplicação de multa

A ausência de um pedido explícito de voto também foi debatida. O desembargador eleitoral Marcello Rocha, único a votar contra a ação, havia considerado esse ponto ao votar pela improcedência. A corrente vencedora, no entanto, ressaltou que a jurisprudência eleitoral prevê outros critérios para reconhecer a propaganda antecipada, entre eles o uso de meios proibidos durante a pré-campanha e a quebra da igualdade de oportunidades entre os possíveis candidatos.

Daniel Maia afirmou que o pedido explícito de voto é apenas um dos parâmetros utilizados pela Justiça Eleitoral. “Existe também o uso do meio vedado e a questão da quebra de isonomia entre os pré-candidatos”,

disse. Ele citou como elementos relevantes “a estrutura de sonorização, o jingle que foi tocado no local”, os adesivos padronizados e o “discurso dirigido ao público e aos transeuntes”. Na representação, o Republicanos havia argumentado que a frase “Agora é a vez do RN” funcionava como expressão equivalente a um pedido de voto. O partido também sustentou que o ato concedeu vantagem eleitoral a Álvaro em um período no qual os demais concorrentes ainda não podiam promover eventos públicos de campanha. A legenda pediu que a multa fosse fixada em valor próximo ao máximo legal, que é de R\$ 25 mil. A Corte não acolheu integralmente a dosimetria defendida pelo Republicanos, mas estabeleceu a multa em R\$ 10 mil, o dobro do mínimo previsto na Lei das Eleições. Para os julgadores, o valor se justifica pela reiteração da conduta. O evento ocorreu menos de 20 dias depois de o TRE-RN ter condenado Álvaro em outro processo por propaganda antecipada.

Houve ainda uma discussão sobre a possibilidade de terem ocorrido dois eventos na mesma noite, um no Alecrim e outro em Petrópolis. Após a análise das informações do processo, os magistrados consideraram que se tratava de um único ato e não utilizaram a hipótese de uma segunda reunião para aumentar a sanção. A multa de R\$ 10 mil foi mantida com fundamento na condenação anterior.

Antes de analisar o mérito, o TRE rejeitou por unanimidade uma preliminar apresentada pela defesa que sustentava a inépcia da petição inicial. A Corte também indeferiu o pedido de condenação do Republicanos por litigância de má-fé.

TRE rejeita recurso de Henrique Alves e mantém condenação

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN) rejeitou um recurso apresentado por Henrique Eduardo Alves e manteve a condenação do ex-ministro e ex-presidente da Câmara dos Deputados a 3 anos e 9 meses de reclusão por lavagem de dinheiro. O julgamento ocorreu em 23 de julho, mas o acórdão com os fundamentos da decisão foi publicado apenas nesta quarta-feira 12, quase três semanas depois. Por unanimidade, os integrantes da Corte concluíram que a defesa pretendia rediscutir o mérito de uma decisão anterior por meio de embargos de declaração, tipo de recurso destinado somente a corrigir omissões, contradições, obscuridades, ambiguidades ou erros materiais. O julgamento acompanhou o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral e manteve integralmente o resultado que preservou a condenação de Henrique.

O processo investiga recursos repassados pela JBS à campanha de Henrique ao Governo do Rio Grande do Norte em 2014. Na decisão anterior, o TRE reconheceu a prescrição das acusações de corrupção passiva e falsidade ideológica eleitoral, mas manteve a condenação por lavagem de capitais. A multa, inicialmente fixada em R\$ 1,25 milhão, foi recalculada para R\$ 141.180, em valor nominal da época dos fatos e sujeito à atualização monetária. Nos embargos, a defesa pediu que o Tribunal modificasse o julgamento e absolvesse Henrique da acusação de lavagem. Entre outros argumentos, sustentou que não havia crime antecedente de corrupção passiva, pois a acusação não demonstrou uma contrapartida ou um ato de ofício praticado pelo então presidente da Câmara em troca dos recursos da JBS.

Os advogados também apontaram supostas omissões e contradições na interpretação de precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente o julgamento do Mensalão. Alegaram ainda falta de correspondência entre a acusação e a condenação, impossibilidade de condenar Henrique exclusivamente com base em declarações de colaboradores e incompatibilidade entre os crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Relator do processo, o desembargador Ricardo Procópio Bandeira de Melo rejeitou todas as alegações. Segundo ele, o acórdão anterior enfrentou os pontos necessários para reconhecer a ocorrência da corrupção passiva como crime antecedente da lavagem, apesar de a possibilidade de punição pelo primeiro delito já ter sido alcançada pela prescrição. O relator reafirmou que, conforme a interpretação adotada pelo STF, a configuração da corrupção passiva não depende da identificação de um ato de ofício específico. Basta que a vantagem indevida tenha sido recebida em razão da função pública e com potencial para influenciar o exercício do cargo. Essa prática foi definida no acórdão como “mercado de função pública”. Para Ricardo Procópio, exi-



Ex-ministro Henrique Eduardo Alves

gir sempre uma contrapartida específica poderia deixar impunes práticas envolvendo autoridades com grande poder de influência. O desembargador destacou a diferença entre agentes públicos subalternos, cujas atribuições são mais delimitadas, e ocupantes de cargos elevados, capazes de atuar em várias frentes sem que seja possível relacionar o pagamento a um único ato formal. Na época dos repasses, Henrique não era apenas candidato ao Governo do Estado. Ele exercia mandato de deputado federal e presidia a Câmara dos Deputados. No julgamento anterior, essa posição foi considerada decisiva para concluir que os valores tinham relação com a função pública já ocupada, e

não somente com a expectativa de vitória na eleição estadual.

Memória

O caso envolve R\$ 2,936 milhões destinados pela JBS em benefício da campanha. Segundo o entendimento do TRE, parte do dinheiro chegou por meio de uma doação oficial de R\$ 1 milhão ao diretório nacional do então PMDB, já direcionada previamente a Henrique. Outros R\$ 1,936 milhão teriam sido pagos pela empresa diretamente a fornecedores, entre eles institutos de pesquisa e um escritório de advocacia.

A Corte entendeu que a utilização de notas fiscais emitidas em nome da JBS para custear serviços prestados à campanha constituiu uma forma autônoma de ocultar a origem e o destino dos recursos. Essa dissimulação sustentou a condenação por lavagem de dinheiro, na modalidade de autolavagem, mesmo depois do reconhecimento da prescrição da acusação de corrupção passiva. Ao rejeitar os embargos, Ricardo Procópio afirmou que a defesa não apontou falhas inócuas efetivas no acórdão, mas apresentou argumentos para tentar obter um novo julgamento. “Em essência, percebo que a discordância do embargante é meritória, direcionada a infirmar a tese que reconhe-

ceu a prática do crime de Lavagem de Dinheiro”, registrou. O desembargador também afastou a alegação de que os precedentes citados seriam favoráveis à defesa. Segundo ele, as decisões do STF e do Superior Tribunal de Justiça utilizadas no julgamento confirmam que a corrupção passiva pode ocorrer sem a prática de um ato funcional específico, desde que exista vínculo entre a vantagem e a posição pública do beneficiário. O acórdão estabelece como tese que a prescrição do crime antecedente não impede sua análise objetiva para fundamentar uma condenação por lavagem de capitais. Também afirma que embargos de declaração não podem ser usados para reabrir o mérito quando não há omissão, contradição, obscuridade, ambiguidade ou erro material. Henrique disputou o Governo do Rio Grande do Norte pelo PMDB em 2014 e foi derrotado no segundo turno por Robinson Faria. A ação relacionada aos repasses da JBS foi recebida pela Justiça Eleitoral em 2020. No ano seguinte, o Superior Tribunal de Justiça confirmou a competência da Justiça Eleitoral para julgar o caso, por considerar que o destino principal dos valores investigados era o financiamento da campanha.

Entidades lançam manifesto por eleições íntegras

O Pacto pela Democracia, articulação que reúne mais de 200 organizações da sociedade civil, lançará um manifesto em defesa da integridade das eleições de 2026. O documento propõe compromissos permanentes com o processo democrático, como o combate à desinformação e

à violência política, a proteção da soberania nacional e a ampliação da representatividade. O texto destaca que este será o primeiro pleito nacional depois dos atos golpistas de 2023 e alerta para a continuidade das tentativas de desacreditar as urnas eletrônicas. As entidades defendem o sistema

eleitoral brasileiro e cobram regras claras para enfrentar a circulação de conteúdos falsos. “Campanhas coordenadas de desinformação, manipulação digital, ataques à credibilidade das instituições e a crescente normalização da violência política desafiam valores fundamentais

das sociedades democráticas”, afirma o manifesto. Embora não mencione países, o documento aponta riscos de interferências externas e defende a soberania brasileira. O tema ganhou relevância diante do temor do governo de uma eventual intervenção dos Estados Unidos no pro-

cesso eleitoral do País. O manifesto também repudiava todas as formas de violência política e afirma que o “medo jamais pode ocupar o lugar da liberdade”. Outro ponto é a defesa de maior participação de mulheres, negros e indígenas nas eleições. As organizações demons-

tram ainda preocupação com o uso de inteligência artificial e de deepfakes, além das dificuldades para responsabilizar plataformas digitais pela divulgação de conteúdos fraudulentos ou manipulados. “A integridade das eleições é uma construção coletiva. Ela depende das instituições públicas que organizam e fiscalizam o pleito; dos partidos e das candidaturas, que devem respeitar as regras democráticas”, declara o Pacto pela Democracia.

BRASIL

Entidades criticam busca no Maranhão

Associações de imprensa veem ameaça ao sigilo da fonte em operação autorizada por Alexandre de Moraes

Entidades representativas da imprensa criticaram a operação de busca e apreensão realizada pela Polícia Federal contra o ex-secretário do governo do Maranhão Raimundo Cutrim, apontado como fonte do jornalista Luis Pablo. Autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a medida foi classificada pelas associações como uma ameaça à liberdade de imprensa e à garantia constitucional do sigilo da fonte.

A investigação está relacionada a uma reportagem de Luis Pablo sobre o suposto uso de um veículo oficial pela família do ministro Flávio Dino, também integrante do STF. Em março, o próprio jornalista havia sido alvo de uma operação e teve o celular apreendido. Desta vez, a ação alcançou Cutrim, que, segundo os investigadores, mantinha contato com o profissional. As buscas foram solicitadas pela

PF e receberam parecer favorável da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Marcelo Rech afirmou que a decisão estabelece um precedente perigoso. “A busca e apreensão em razão de informação jornalística abre um precedente muito perigoso. É uma séria ameaça à liberdade de imprensa, porque a Constituição, em seu artigo 5, inciso XIV, é taxativa em proteger o sigilo da fonte quando necessário para o exercício profissional”, declarou.

Em manifestação conjunta, a ANJ, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e a Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) demonstraram “profunda preocupação” com a operação contra Cutrim. “Ações judiciais que quebram o sigilo da fonte não têm amparo constitucional e abrem precedentes que ameaçam a liberdade de imprensa, amparada pela Constituição de 1988”, afirmaram as entidades.

A nota sustenta ainda que eventuais contestações a conteúdos jornalísticos devem seguir os mecanismos previstos na legislação. “Casos de questionamentos a reportagens de



Ministro Alexandre de Moraes, do STF, determinou operação contra ex-secretário

vem ser tratados dentro da lei, que prevê direito de resposta e indenizações. A violação do sigilo do profissional e de suas fontes leva a intimidações contra a imprensa que não condizem com o Estado Democrático de Direito e o livre exercício do jornalismo”, prossegue o documento.

Sobre a investigação

De acordo com a Polícia Federal, Cutrim teria utilizado

o cargo público para acessar informações e imagens posteriormente publicadas por Luis Pablo. Os dados teriam sido retirados de sistemas de acesso controlado. A corporação também afirma que o ex-secretário forneceu gravações da família de Flávio Dino cuja origem ainda precisa ser esclarecida.

“Ficou demonstrado que RAIMUNDO SOARES CUTRIM foi o responsável pela obtenção de informações de sistemas

acesso restrito, as quais foram repassadas para Luis Pablo, bem como o fornecimento de filmagens da família do Ministro Flavio Dino, das quais ainda se precisa esclarecer sua origem, tendo sido todo este material publicado no blog do jornalista”, registra um trecho do relatório da PF reproduzido na decisão de Moraes.

Os investigadores também identificaram conversas entre Luis Pablo e Diogo Lima, ex-secretário municipal de Urbanismo e Habitação de São Luís. Segundo a PF, as mensagens tratavam da produção de reportagens destinadas a transmitir uma imagem negativa de Flávio Dino.

A decisão menciona ainda uma transferência bancária de R\$ 100 mil feita por Diogo Lima em favor do jornalista, mas depositada na conta de Danilo Cutrim Bezerra. A PF também suspeita que Luis Pablo tenha perseguido o ministro.

O que dizem os citados

A defesa de Raimundo Cutrim informou que “ainda não teve acesso aos processos, nem sobre as operações anteriores nem sobre as de hoje”. Em nota, acrescentou: “Observa-se que as operações de hoje dizem respeito às notícias

divulgadas pelo jornalista Luis Pablo referentes ao uso irregular, pela família do ministro Flávio Dino, de viaturas de Tribunal de Justiça do Maranhão, denúncias estas que seguem sem apuração”.

A assessoria de Flávio Dino negou qualquer irregularidade. “Jamais houve uso irregular de veículos oficiais do Tribunal de Justiça do Maranhão”, afirmou. Segundo a nota, “um carro blindado foi cedido por solicitação da Secretaria de Segurança do STF, no âmbito de acordo de cooperação vigente com todos os tribunais do país”.

A manifestação acrescenta que “a assessoria não pode transmitir detalhes de segurança do ministro e de sua família, inclusive porque ele é alvo constante de agressões e ameaças, como é público e notório”. Ainda segundo Dino, “investigações recentes demonstraram que até mesmo os veículos particulares do ministro e sua família eram ‘monitorados’ e seguidos”.

Em julho, Dino já havia determinado a prisão domiciliar de Raimundo Cutrim em outra investigação, igualmente sigilosa no STF. Nesse segundo caso, o ex-secretário é suspeito dos crimes de obstrução de Justiça e coação no curso do processo.

Flávio Bolsonaro defende uso de IA sem autorização

O candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) defendeu no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que campanhas possam utilizar inteligência artificial para reproduzir pessoas mesmo sem a autorização de quem aparece no conteúdo. A manifestação busca afastar uma eventual punição pelo emprego de um avatar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na convenção que oficializou a candidatura do senador, em 25 de julho.

O posicionamento foi encaminhado à Corte na segunda-feira 10, antes da reunião marcada para esta quarta-feira 12 entre o presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, e os demais ministros. O encontro deverá discutir a aplicação das regras eleitorais sobre inteligência artificial e avaliar se a participação virtual de Jair

Bolsonaro no evento partidário configurou uso proibido de deepfake.

Na ocasião, Flávio afirmou que o pai não tinha conhecimento prévio de que sua imagem seria utilizada na convenção. Apesar disso, a defesa sustenta que a existência ou não de consentimento não deve ser o elemento determinante para classificar como irregular um conteúdo produzido com inteligência artificial.

Segundo os advogados do candidato, exigir autorização prévia significaria “praticamente eliminar a ferramenta, de forma anacrônica, do ambiente eleitoral”. A equipe jurídica argumenta que o uso da tecnologia somente deve ser proibido quando não for apresentado de maneira transparente ou quando servir à divulgação de informações falsas.

Para a defesa, a autorização da pessoa retratada é “absolutamente indiferente” na análise sobre a legalidade do material. O entendimento é de que a vedação às deepfakes procura combater conteúdos deliberadamente enganosos, e não impedir o emprego da inteligência artificial por si só, independentemente da concordância de quem teve a voz ou a imagem reproduzida.

Os advogados também afirmam que a exigência de consentimento poderia inviabilizar sátiras e paródias de adversários políticos, manifestações que consideram protegidas pela liberdade de expressão. A defesa cita o presidente Lula (PT) para sustentar que candidatos dificilmente autorizariam conteúdos críticos produzidos por



Vídeo do ex-presidente feito por IA foi exibido durante convenção nacional do PL

seus concorrentes.

“A contrário sensu, a ausência de autorização também é absolutamente indiferente em tema de identificação de deepfake: um vídeo de humor, uma paródia, uma sátira de um adversário

político, sem qualquer enganiosidade, respeitado o parâmetro da publicidade, sem conteúdo desinformativo grave, não se converte em deepfake pela natural ausência de conhecimento e anuência da pessoa retra-

tada”, afirmou a defesa.

“Afinal, Lula jamais daria consentimento a paródias feitas por Flávio. E vice-versa. E nem por isso essa infinidade de conteúdo disponível em rede e materialmente impossível de ser controlado é ilícita”, acrescentou.

A definição do TSE é considerada uma das mais relevantes para as eleições deste ano, pois deverá estabelecer os limites para o uso, pelas campanhas, de vídeos e áudios produzidos por inteligência artificial para imitar pessoas reais.

A resolução do TSE que regulamenta a propaganda eleitoral em 2026 proíbe o uso de deepfake para prejudicar ou favorecer candidaturas, inclusive quando houver autorização da pessoa reproduzida no conteúdo.

PF investiga presidente do PCO por desvio de verbas públicas

A Polícia Federal cumpriu nesta terça-feira 11 mandados de busca e apreensão em endereços ligados a Rui Costa Pimenta, presidente do Partido da Causa Operária (PCO) e candidato à Presidência da República. A Operação Causa Própria investiga suspeitas de desvio de dinheiro

do fundo partidário e do fundo eleitoral.

Autorizada pela Justiça Eleitoral, a operação também determinou o afastamento de Rui da direção do partido por 180 dias, além do bloqueio de contas bancárias e bens dos investigados. O limite estabelecido para a indisponibilidade

de valores é de R\$ 4,5 milhões, montante apontado como estimativa mínima do prejuízo aos cofres públicos.

Segundo a PF, a apuração teve início após a análise de prestações de contas partidárias e eleitorais e de relatórios de inteligência financeira. Há indícios de que recursos públicos tenham sido repassados a empresas e pessoas sem estrutura compatível com os serviços contratados ou com vínculos diretos ou indiretos com integrantes do partido.

As suspeitas envolvem os crimes de apropriação indébita eleitoral, falsidade ideológica eleitoral e lavagem de dinheiro.



Rui Costa Pimenta, presidente do PCO e candidato à Presidência neste ano

Conforme o site Metrôpoles, a investigação alcança um possível esquema de pagamentos do

PCO a gráficas.

Em nota, o partido classificou a operação como “ilegal,

antidemocrática, uma óbvia perseguição política e eleitoral e uma tática de intimidação”. O PCO afirmou que Rui desconhecia a investigação até a chegada dos agentes e criticou a forma como os mandados foram executados.

A legenda também negou irregularidades. “A única coisa descoberta pela PF é que o serviço foi prestado e que o partido realiza campanhas extremamente espartanas”, declarou. O partido acrescentou que Rui leva uma vida simples e não possui patrimônio incompatível com sua renda.

Rui Costa Pimenta já disputou a Presidência da República pelo PCO em 2002, 2010 e 2014.



Presidente vai aparecer de chapéu em foto exibida na urna durante eleição

Foto de Lula com chapéu gera dúvida jurídica

A fotografia escolhida pela campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para o registro de sua candidatura à reeleição provocou dúvidas entre aliados sobre possíveis questionamentos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Produzida a pedido do próprio presidente, a imagem mostra Lula usando um chapéu panamá.

Se a fotografia for mantida, esta será a primeira vez que o

petista aparecerá na urna com um adereço. Lula disputa sua sétima eleição presidencial.

O presidente passou a utilizar o chapéu por recomendação médica após retirar um câncer de pele, em abril. Depois do procedimento, Lula permaneceu com um curativo e realizou 15 sessões de radioterapia. O acessório serve para proteger do sol a região submetida ao tratamento.

Desde então, Lula tem usado diferentes modelos no Palá-

cio do Planalto e também apareceu de chapéu no pronunciamento pelo Dia do Trabalhador, em 1º de maio.

Embora seja incomum a apresentação de fotografias de candidatos com acessórios, a campanha petista identificou precedentes que poderão embasar sua defesa em caso de contestação. Em 2022, o TSE autorizou o então candidato a deputado federal Douglas Belchior (PT-SP) a

aparecer na urna usando um boné de aba reta.

Na ocasião, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo havia rejeitado a fotografia por considerar o boné um mero “elemento cênico”. A defesa recorreu, e o TSE concluiu que o acessório, naquele caso específico, não comprometia a visualização do rosto nem dificultava o reconhecimento do candidato pelo eleitor, atendendo às exigências da Justiça Eleitoral.

Obra no calçadão não tem prazo

Diagnóstico da Avenida Roberto Freire aponta necessidade de melhorias nas calçadas e na acessibilidade; Governo ainda avalia solução para a via

O Governo do Rio Grande do Norte informou que está desenvolvendo estudos para uma reforma no calçadão de Ponta Negra, na Avenida Engenheiro Roberto Freire, trecho da RN-063 que apresenta problemas nas calçadas e reclamações de pedestres. Apesar do diagnóstico já realizado, ainda não há definição sobre quando as intervenções serão iniciadas.

A situação é observada, entre outros pontos, nas proximidades do acesso à Via Costeira. Em cerca de 30 metros, a calçada apresenta deformações, pedras portuguesas soltas e desníveis que dificultam a passagem de pedestres, corredores, idosos e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Em determinados pontos, usu-



Calçadão apresenta série de problemas como buracos, acúmulo de areia na via e concentração de lixo

ários chegam a utilizar a pista para contornar os obstáculos.

Por se tratar de uma rodovia estadual, a área está sob responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Norte (DER-RN). Segundo o secretário estadual de Infraestrutura, Gustavo Coelho, o levantamento realizado pelo Governo não se limitou às condições do passeio público e analisou o conjunto da rodovia. “Foi feito todo o diagnósti-

co daquele equipamento, não somente do calçadão, mas todo o sistema que compõe a rodovia. Trata-se de um sistema construtivo em pedra portuguesa que tem algumas dificuldades de manutenção”, afirmou Gustavo Coelho.

O secretário reconheceu ainda que o tipo de pavimentação existente na calçada apresenta limitações relacionadas à acessibilidade. O Governo aguarda o avanço dos estudos

para decidir qual intervenção será adotada no local.

“É também muito pouco recomendado para a questão da acessibilidade, mas de fato é o que temos. E a gente está aguardando exatamente a evolução desses estudos, desses projetos, para que a gente possa de fato escolher qual é a solução que vai ser adotada ali”, declarou.

A intervenção estudada não deve ficar restrita à área danificada da Roberto Freire.



Gustavo Coelho disse que intervenção deve abranger toda rodovia

De acordo com o secretário, existe planejamento para reestruturar a rodovia desde o viaduto de Ponta Negra, passando pela Rota do Sol e por Parnamirim, até Nísia Floresta.

O diagnóstico identificou interferências ao longo do percurso, e a proposta em elaboração pretende contemplar tanto a circulação de pedestres quanto o tráfego de veículos.

“Manter o máximo de segurança possível para que a

gente possa ter o pedestre circulando naquela rodovia”, disse o secretário.

O acúmulo de areia é outro problema relatado por quem utiliza o calçadão. De acordo com frequentadores, o material é levado da encosta para a área durante as chuvas e permanece sobre o passeio, dificultando a circulação. Usuários também apontam a presença de lixo, mato e falta de manutenção em alguns pontos do percurso.

A Câmara Municipal de Currais Novos, na região Seridó do Rio Grande do Norte, aceitou por unanimidade, nesta terça-feira 11, uma denúncia contra o vereador Lucieldo da Silva (PSDB), investigado pela Polícia Civil por importunação sexual contra uma estagiária da Casa Legislativa. A decisão não representa a cassação do mandato: ela determina a abertura do processo ético-disciplinar que poderá resultar, ao final da tramitação, na perda do cargo.

A denúncia recebeu 11 votos favoráveis durante a primeira sessão ordinária de agosto, realizada no Plenário Vereador Antônio Othon Filho. Não participaram da votação o presidente da Câmara, João Gustavo Guimarães, e Lucieldo Silva, por ser o denunciado no procedimento.

O caso teria ocorrido em 30 de junho, pouco antes de uma sessão da Câmara. Segundo as informações apresentadas, uma estagiária procurou a delegacia após relatar ter sido tocada nas partes íntimas pelo vereador e registrou um boletim de ocorrência. Imagens das câmeras de segurança da Câmara foram analisadas pela Polícia Civil durante a investigação.

O delegado responsável pelo caso informou que o inquérito reuniu depoimentos da vítima e de testemunhas, além

Câmara abre processo contra vereador investigado por importunação



Denúncia recebeu 11 votos favoráveis durante sessão ordinária



Vereador Lucieldo da Silva

das imagens do sistema de segurança. Segundo ele, ao fim da investigação, a Polícia Civil entendeu que havia elementos para o indiciamento do parlamentar por importunação sexual, crime cuja pena prevista é de um a cinco anos.

“Essa investigação, que se iniciou no início do mês passado, tramitou com oitivas da vítima, testemunhas e análises de imagens de câmeras de segurança daquela Casa, onde, ao final, restou configurada a

prática delitiva”, afirmou o delegado Paulo Ferreira.

Com a conclusão do trabalho da Polícia Civil, o inquérito foi encaminhado à Justiça e deverá passar pela análise do Ministério Público.

Paralelamente à investigação criminal, a denúncia contra Lucieldo Silva foi protocolada na Câmara em 16 de julho. Com a aprovação pelo plenário, uma Comissão Especial foi formada por sorteio para conduzir o processo. O grupo será presidido

por Sebastião Cabral, terá Mattson como relator e Ycleyber Trajano como membro.

Pelo procedimento previsto no regimento da Câmara, o presidente da comissão tem até cinco dias para iniciar os trabalhos e notificar Lucieldo. A partir da notificação, o vereador terá dez dias para apresentar defesa prévia por escrito, indicar provas e relacionar até dez testemunhas.

Após receber a defesa, a comissão terá cinco dias para emitir um primeiro parecer, recomendando o prosseguimento ou o arquivamento da denúncia. Caso opte pelo arquivamento, a decisão ainda precisará passar pelo plenário.

Se o processo avançar, terá início a fase de instrução, com depoimentos, testemunhas e diligências. Lucieldo deverá ser comunicado dos atos com pelo menos 72 horas de antecedência e poderá acompanhar audiências, formular perguntas às testemunhas e apresentar requerimentos.

Depois dessa etapa, o vereador terá outros cinco dias para apresentar as razões finais por escrito. A Comissão Especial produzirá então um parecer pela procedência ou improcedência da acusação. Na sequência, poderá ser convocada uma sessão especial para o julgamento do caso pelo plenário.

Lucieldo participou da ses-

são e apresentou sua versão sobre o episódio. O parlamentar afirmou que o gesto foi involuntário e negou intenção de assediar ou desrespeitar a estagiária.

“Se uma atitude minha, que foi involuntária e sem qualquer intenção de desrespeitá-la, lhe causou constrangimento ou desconforto”, declarou.

O vereador afirmou ainda que mantinha uma relação de amizade com a denunciante. “Nós tínhamos uma relação de amizade, conversamos, brincamos, jamais imaginei que um gesto involuntário pudesse ser interpretado dessa maneira”, disse.

Lucieldo também contestou a interpretação dada às imagens. “O vídeo que está sendo utilizado não mostra, na minha visão, nada que justifique toda à proporção que isso tomou. É apenas o corte de uma situação retirada de um contexto maior, e o que agora está sendo utilizado para criar uma narrativa e alimentar uma disputa política.”

Ao se defender das acusações, Lucieldo afirmou que não pretende atacar a ninguém e pediu que o caso não seja utilizado como instrumento de disputa política. O vereador disse respeitar quem tenha se sentido desconfortável com sua atitude, voltou a pedir desculpas e também pediu respeito à sua trajetória, à família e à honra.

Homem é preso após gastar R\$ 96 mil furtados

Um homem de 29 anos foi preso em flagrante nesta terça-feira 11, em Natal, suspeito de furtar R\$ 96.794 de uma conta bancária por meio de fraude eletrônica. Segundo a Polícia Civil do Rio Grande do Norte, parte do dinheiro foi utilizada para comprar mais de R\$ 90 mil em equipamentos eletrônicos em uma loja de shopping da capital.

Natural do Rio de Janeiro, o suspeito teria participado de um esquema que conseguiu acesso indevido à conta bancária de uma vítima residente na Paraíba. A partir da invasão, foram realizadas duas transferências via Pix, uma de R\$ 3.599 e outra de R\$



Suspeito comprou produtos eletrônicos, entre eles: celulares eS caixas de som

93.195, totalizando R\$ 96.794.

Durante as diligências, os investigadores identificaram que o dinheiro transferido es-

tava sendo utilizado na aquisição de produtos eletrônicos. Entre os itens comprados estavam celulares e caixas de som.

O nome do estabelecimento comercial e do shopping onde ocorreu a compra não foram informados pela polícia.

Os agentes foram até o estabelecimento e prenderam o homem em flagrante quando ele deixava a loja. Os equipamentos adquiridos com o dinheiro retirado da conta da vítima foram recuperados integralmente. Segundo a Polícia Civil, os produtos estão avaliados em mais de R\$ 90 mil.

As diligências também apontaram que o suspeito estava morando em Natal desde dezembro de 2025. A Polícia Civil não informou, até o momento, de que maneira os dados bancários da vítima teriam sido obtidos nem se o homem agiu sozinho.

“As investigações prosseguem para esclarecer a dinâmica do crime e verificar a possível participação de outras pessoas”, informou a Polícia Civil. O caso segue sob investigação para identificar outros possíveis envolvidos e esclarecer como ocorreu o acesso à conta bancária da vítima.

Homem é preso por armazenar material de abuso sexual infantil

Um homem de 46 anos foi preso em flagrante nesta terça-feira 11, em Natal, suspeito de armazenar e produzir material de abuso sexual infantil. A prisão ocorreu durante o cumprimento de um mandado de busca e apreensão realizado pela Polícia Civil. Segundo a corporação, as investigações indicaram que o suspeito adquiria e mantinha no celular imagens e vídeos envolvendo crianças e adolescentes em situações de exploração sexual. Ele também é investigado pela produção desse tipo de conteúdo. A operação foi realizada após autorização do 1º Núcleo Regional das Garantias. Durante o cumprimento da ordem judicial, os policiais encontraram material considerado ilícito armazenado no aparelho celular do investigado. Diante da constatação, ele foi preso



Suspeito foi preso em Natal

em flagrante. Equipamentos eletrônicos encontrados durante a ação foram apreendidos e serão encaminhados à Polícia Científica. O material passará por perícia para auxiliar na continuidade das investigações e na análise do conteúdo armazenado. Após a prisão, o homem foi conduzido à delegacia, onde foram realizados os procedimentos legais. Em seguida, ele foi encaminhado ao sistema prisional.

Seap nega baixo efetivo em Alcaçuz

Secretaria afirma que número divulgado pelo sindicato “não corresponde à realidade”; pasta não revela efetivo por segurança e cita concurso

A Secretaria da Administração Penitenciária do Rio Grande do Norte (Seap) negou que a Penitenciária Estadual de Alcaçuz, em Nísia Floresta, opere diariamente com apenas 14 policiais penais para atender uma população carcerária de 1.796 presos. O número foi apresentado pelo Sindicato dos Policiais Penais do Rio Grande do Norte (SINDPPEN), que encaminhou à Justiça um ofício relatando problemas no efetivo e na estrutura de segurança do complexo.

Em nota de esclarecimento, a direção de Alcaçuz, por meio do diretor e policial penal Vitor Albuquerque, afirmou que o quantitativo divulgado pela entidade sindical não representa o número de servidores que trabalham diariamente na penitenciária.

Por questões de segurança, a administração informou que não divulgará o efetivo empregado a cada dia. Segundo a direção, porém, “o número informado não corresponde à realidade e está muito distante do efetivo efetivamente empregado na segurança e no funcionamento da penitenciária”. A Seap acrescentou que os quantitativos estão registrados em relatórios diários da unidade. A Secretaria também criticou a divulgação dos dados apresentados pelo sindicato. Em nota, afirmou lamentar “a divulgação de informações inverídicas e a exposição desnecessária de dados relacionados à rotina e à estrutura de segurança da unidade prisional”.

A manifestação ocorre após o SINDPPEN informar à 1ª Vara Regional de Execução Penal que os quatro pavilhões de Alcaçuz teriam 14 policiais penais em serviço, incluindo dois servidores em diária operacional. Pelos



Sindicato dos Policiais Penais alega que efetivo de segurança é insuficiente na Penitênciaria de Alcaçuz

números apresentados pela entidade, a relação seria de aproximadamente um agente para cada 128 presos.

O sindicato detalhou que o Pavilhão 1 teria 348 internos para três policiais penais; o Pavilhão 2, 163 presos para dois servidores da escala ordinária e outros dois em diária operacional; o Pavilhão 3, 325 detentos para três policiais; e o Pavilhão 4, aproximadamente 960 internos para quatro agentes.

A pasta também contesta informações apresentadas pelo sindicato sobre os procedimentos de segurança após a fuga de 11 detentos de Alcaçuz, registrada em 31 de julho. A presidente do SINDPPEN, Vilma Batista, afirmou que a última vitória na cela ocupada pelos fugitivos havia ocorrido sete dias antes.

A Seap negou que a cela tenha permanecido sem revista e informou que a penitenciária mantém uma rotina permanente de segurança, incluindo rondas, revistas preventivas e inspeções.

A Secretaria não informou a periodicidade, os horários ou outros detalhes das vitórias. Segundo a pasta, a divulgação desse tipo de informação poderia comprometer os procedimentos utilizados para prevenir fugas e identificar intervenções na estrutura das unidades.

Outra denúncia apresentada pelo sindicato envolve as condi-

ções dos equipamentos utilizados pelos policiais penais. Vilma Batista afirmou que coletes balísticos e materiais de menor potencial ofensivo estariam vencidos.

“Os coletes dos policiais também estão vencidos, assim como os materiais de menor potencial ofensivo. Temos um monitoramento de ponta, mas até hoje nunca funcionou porque não colocaram uma internet compatível com o seu programa”, afirmou a presidente do sindicato.

A Seap não confirmou que os coletes estejam vencidos, mas informou ter realizado uma contratação superior a R\$ 1,8 milhão para adquirir novos equipamentos para todo o efetivo da Polícia Penal. A previsão apresentada pela pasta é de que os coletes sejam entregues no próximo mês.

A Secretaria também informou que estava prevista a implantação de novos uniformes para os policiais penais, com investimento de aproximadamente R\$ 5,2 milhões. Segundo a Seap, entretanto, os recursos destinados à compra foram invalidados após uma alteração legislativa ocorrida durante a tramitação de um projeto de lei defendido pelo SINDPPEN, impedindo a aquisição nos moldes inicialmente planejados.

Ao responder às críticas relacionadas ao quadro de servidores, a Seap informou que vem adotando medidas para recompor o efetivo da Polícia Penal.

após a fuga, inclusive embaixo dos colchões.

De acordo com o secretário de Administração Penitenciária, Helton Edi Xavier, a escavação provavelmente vinha sendo realizada havia alguns dias. “Eles tiraram o vaso sanitário, que é uma estrutura que a gente tem lá de alumínio e concreto. Eles arrancaram o vaso, obviamente tem um buraco no vaso, por onde saem os detritos, cavaram, fizeram uma espécie de túnel para empreender fuga”, explicou.

Após deixarem a cela, os presos avançaram pela área da unidade. Conforme a Seap, o sistema de monitoramento identificou a movimentação quando parte do grupo tentava deixar o presídio. Dois detentos foram encontrados ainda na área externa da penitenciária e impedidos de fugir, enquanto 11 conseguiram ultrapassar o muro.

A Secretaria informou que os policiais penais responsáveis pelo acompanhamento das câmeras perceberam a ação. Após a constatação da fuga, as forças de segurança iniciaram buscas na região para localizar os detentos.

A Seap também abriu procedimento administrativo para investigar as circunstâncias do caso. Entre os pontos que deverão ser apurados está a forma como os presos conseguiram escavar a passagem sem serem identificados anteriormente.

“O que é que a gente já pode perceber é que não foi um trabalho que foi feito do dia para a noite. Isso provavelmente já vi-

Fuga

Onze presos fugiram da Penitenciária Estadual Rogério Coutinho Madruga, em Nísia Floresta, na Grande Natal, no dia 31 de julho. Desde a ocorrência, quatro detentos foram recapturados pelas forças de segurança, enquanto outros sete permanecem foragidos.

Segundo a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (Seap), os detentos estavam na mesma cela e conseguiram escapar depois de arrancar um vaso sanitário e cavar uma passagem por baixo da estrutura. Uma grande quantidade de areia foi encontrada no espaço



Vilma Batista voltou a criticar gestão estadual e as condições de trabalho

RN reforça esquema de vacinação contra o sarampo

O registro de novos casos de sarampo no Brasil em 2026 colocou as autoridades de saúde em alerta e levou o Rio Grande do Norte a reforçar a orientação para atualização da vacinação. Segundo a Secretaria de Estado da Saúde Pública (Se-sap), a cobertura entre crianças menores de 2 anos está abaixo da meta de 95% considerada necessária para ampliar a proteção coletiva contra a doença.

No Rio Grande do Norte, a cobertura da primeira dose (D1) da tríplice viral entre crianças menores de 2 anos está em 84,73%. Na segunda dose (D2), o percentual caiu para 67,26%. A vacina tríplice viral protege contra sarampo, caxumba e rubéola.

O alerta ocorre em meio a um aumento de casos no país. Em 2026, o Brasil confirmou 24 casos de sarampo. Entre junho e julho, 21 foram registrados em um surto no estado de São Paulo, distribuídos entre a capital paulista, São Bernardo do Campo e Guarulhos. Os demais casos identificados no início do ano foram encerrados sem risco de transmissão, segundo as informações divulgadas pela Sesap.

Apesar dos registros, o Brasil mantém a certificação de país livre da circulação endêmica do vírus, recuperada em novembro de 2024. Os casos importados ou relacionados à importa-

ção, porém, representam risco de formação de novas cadeias de transmissão, principalmente entre pessoas que não estão imunizadas.

Em Natal, a preocupação com o cenário nacional ocorre durante a campanha de multivacinação, que segue até 1º de setembro e tem como público-alvo crianças e adolescentes menores de 15 anos. A procura, segundo a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), permanece abaixo do esperado.

Os dados de Natal também mostram diferença entre a aplicação das duas doses da tríplice viral. A cobertura da primeira dose está em 89%, enquanto a segunda alcança 73%. A meta é chegar a 95%.

Segundo a SMS, a dificuldade em completar o esquema vacinal é observada também em outras vacinas. Há pessoas que recebem a primeira dose, mas não retornam às unidades para as aplicações seguintes.

Durante a campanha de multivacinação, estão disponíveis 20 imunizantes do Calendário Nacional de Vacinação. Além do sarampo, as vacinas oferecidas ajudam a prevenir doenças como pneumonia e meningites.

A Sesap orienta que pessoas entre 12 meses e 59 anos verifiquem a situação vacinal.

Casos de stalking contra mulheres crescem 24% no RN

Os casos de stalking contra mulheres aumentaram 24,4% no Rio Grande do Norte entre 2024 e 2025, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026. O número de ocorrências passou de 1.221 para 1.519 no período, o maior crescimento percentual entre as infrações contra mulheres registradas no estado. No Brasil, foram contabilizados 218.707 casos.

Os números ganham atenção durante o Agosto Lilás, campanha de conscientização e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Tipificado como crime no Brasil desde 2021, o stalking é caracterizado pela perseguição reiterada que ameaça a integridade física ou psicológica da vítima, interfere em sua liberdade ou invade sua privacidade.

Segundo Vinicius Cipriano, professor de Direito da Estácio, o aumento dos registros também pode estar relacionado à criação de um enquadramento específico para a conduta. Antes da mudança na legislação, situações de perseguição chegavam às autoridades policiais sem uma tipificação própria.

“Antes disso, muitas situações de perseguição chegavam ao conhecimento da polícia, mas não tinham um enquadra-



Stalking é caracterizado por ameaças e perseguição de forma reiterada

mento específico. Além disso, o uso da tecnologia também facilitou a produção de provas e a identificação dessas condutas”, explicou.

O professor alerta, porém, que a perseguição pode estar associada a outras formas de violência. “O stalking pode abrir caminho para crimes ainda mais graves, que atingem a integridade física ou psicológica, a liberdade e a privacidade da mulher, como feminicídio, lesão corporal e sequestro”, afirmou.

Para identificar quando uma insistência passa a configurar uma infração penal, é necessário observar principalmente a repetição da conduta

e seus efeitos sobre a vítima. Segundo Cipriano, “esse limite é ultrapassado quando a conduta cria um padrão capaz de provocar medo ou constrangimento à vítima”.

Registros das perseguições podem contribuir para a apuração dos casos. Entre os materiais que podem ser apresentados às autoridades estão mensagens, ligações, documentos médicos e informações relacionadas aos locais frequentados pela vítima.

“É importante guardar provas digitais, como prints de conversas, registros de ligações, arquivos eletrônicos e dados de geolocalização, além de relatórios médicos, atestados e testemunhas que possam con-

tribuir para comprovar a perseguição”, orientou Cipriano.

Nos casos em que a perseguição ocorre em contexto de violência doméstica e familiar, a vítima também pode solicitar medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha. Entre as possibilidades estão o afastamento do agressor do lar e a proibição de aproximação.

“Entre elas estão o afastamento do agressor do lar, a proibição de aproximação da vítima e, em alguns casos, até o monitoramento eletrônico”, explicou.

Uma proposta em tramitação no Congresso Nacional busca ampliar os mecanismos de proteção para mulheres vítimas de violência doméstica. O Projeto de Lei nº 1.976/2025 prevê mudanças na Lei Maria da Penha e na Lei de Registros Públicos para permitir, em situações excepcionais, a alteração do nome da vítima e de seus dependentes.

A medida busca dificultar que mulheres ameaçadas sejam localizadas pelos agressores. Para Cipriano, a mudança pode funcionar como uma proteção adicional, mas precisa estar associada a outros mecanismos.

“A alteração do nome pode ser uma medida eficiente para evitar o contato com o autor da violência. Ainda assim, ela não impede uma reaproximação caso existam outros meios de localizar a vítima. É uma iniciativa que amplia a proteção, desde que seja acompanhada de uma legislação adequada e de outros mecanismos de segurança”, pontuou

ESPORTES

Gerson e Jardim desafiam ex-clubes

Volante do Cruzeiro e técnico do Flamengo chegam às oitavas de final da Libertadores sob pressão das antigas torcidas e com uma disputa judicial de R\$ 42,7 milhões como pano de fundo

Cruzeiro e Flamengo iniciam nesta quarta-feira 12, às 21h30, no Mineirão, uma disputa por uma vaga nas quartas de final da Copa Libertadores marcada pelo reencontro de Gerson e Leonardo Jardim com seus antigos clubes. O volante deixou o Flamengo em meio a atritos com a diretoria, enquanto o treinador rompeu com o Cruzeiro três meses antes de aceitar a proposta rubro-negra. A expectativa é de público próximo de 60 mil pessoas em Belo Horizonte. O Flamengo avançou como líder do Grupo A, com 16 pontos, enquanto o Cruzeiro terminou em segundo no Grupo D, com 11.



Técnico Leonardo Jardim, do Flamengo, enfrenta ex-clube; do outro lado, Gerson foi para o Cruzeiro após brigas

Jardim será o primeiro a enfrentar a reação da antiga torcida. O português deixou o Cruzeiro em dezembro de 2025, após a eliminação para o Corinthians na semifinal da Copa do Brasil, sob a alegação de que faria uma pausa na carreira. Na

despedida, afirmou que, caso voltasse a trabalhar no Brasil, seria apenas no clube mineiro. Três meses depois, assumiu o Flamengo no lugar de Filipe Luís e reconheceu ter sido “ingênuo” ao fazer a declaração. O treinador já recebeu uma

amostra da recepção no primeiro turno do Campeonato Brasileiro. Na vitória do Flamengo por 3 a 1 sobre o Cruzeiro, no Maracanã, foi chamado de “mercenário” por torcedores mineiros. Agora, Jardim visitará pela primeira vez o Mi-

neirão como adversário depois de comandar a equipe em 55 partidas, com 26 vitórias, 18 empates e 11 derrotas. Sob sua direção, o Cruzeiro terminou o Brasileiro de 2025 na terceira posição e assegurou vaga direta na Libertadores. No lado mineiro, a tensão está concentrada em Gerson. O desgaste com o Flamengo começou durante as negociações para a renovação contratual, no início de 2025. Marcão, pai e empresário do jogador, cobrou publicamente uma valorização salarial, enquanto Luiz Eduardo Baptista, o Bap, presidente do clube, respondeu com críticas ao agente. Em abril daquele ano, o meio-campista recebeu aumento e ampliou o vínculo até dezembro de 2030. O novo contrato, porém, reduziu a multa para transferências internacionais de € 200 milhões, cerca de R\$ 1,2 bilhão, para € 25 milhões, aproximadamente R\$ 160 milhões. O Zenit pagou o valor em julho de 2025 e levou o atleta para a Rússia. Seis meses depois, o Cruzeiro acertou sua contratação por € 27 milhões, além de € 3 milhões em bônus, em uma operação

que poderia alcançar cerca de R\$ 186 milhões. Gerson assinou por quatro temporadas com o clube mineiro. A transferência também levou o conflito à Justiça. Em janeiro, o Flamengo apresentou ação para cobrar R\$ 42,7 milhões de Gerson e da FGM Sports, empresa ligada ao jogador e ao pai. O valor corresponde a uma multa prevista no contrato de direitos de imagem encerrado após a ida para o Zenit. A defesa contesta a cobrança e sustenta que o clube agiu de má-fé, enquanto o Flamengo afirma que o distrato foi assinado de forma voluntária. O processo segue em tramitação. Gerson disputou mais de 200 partidas e conquistou 12 títulos pelo Flamengo, entre eles a Libertadores de 2019 e os Campeonatos Brasileiros de 2019 e 2020. A despedida ocorreu diante do Bayern de Munique, nas oitavas de final da Copa do Mundo de Clubes de 2025, quando marcou um gol na derrota por 4 a 2. Depois do primeiro duelo no Mineirão, o volante reencontrará o Maracanã no jogo de volta, marcado para 19 de agosto, às 21h30.

Palmeiras tenta reagir na Libertadores

Palmeiras recebe o Cerro Porteño nesta quarta-feira 12, às 19h, no Nubank Parque, no jogo de ida das oitavas de final da Copa Libertadores. Diante de quase 40 mil torcedores, a equipe de Abel Ferreira tenta recuperar a força como mandante e construir uma vantagem antes da partida decisiva, marcada para 19 de agosto, no Paraguai. O confronto terá transmissão pelo Paramount+.

A ordem dos mandos representa uma mudança no roteiro recente do clube. Desde a semifinal da Libertadores de 2021, o Palmeiras não disputava a partida de volta de uma eliminação como visitante. Líder da classificação geral nas fases de grupos de 2022, 2023 e 2025, o time havia se acostumado a decidir os confrontos no próprio estádio. Desta vez, terminou na segunda posição do Grupo F, atrás do Cerro Porteño. As duas equipes já se enfrentaram nesta edição. O clube paraguaio venceu por 1 a 0 em São Paulo, com gol de Vegetti, e empatou por 1 a 1 na Nueva Olla, em Assunção. Os resultados permitiram ao Cerro encerrar a chave na liderança e am-



Jogadores do Palmeiras durante último dia de treinamento antes da partida

pliaram a pressão sobre o Palmeiras, que precisa superar o adversário responsável por sua única derrota como mandante na competição. O desempenho recente no Nubank Parque também eleva o peso da primeira partida. Embora lidere o Campeonato Brasileiro com seis pontos de vantagem sobre o Flamengo — e um jogo a mais —, o Palmeiras registra três empates, uma derrota e uma vitória nas cinco apresentações mais recentes em casa pela competição. Depois da Copa do Mundo, perdeu para o Atlético-MG por 2 a 1 e empatou sem gols com o In-

ternacional. A última vitória alviverde no estádio ocorreu pela Copa do Brasil, quando a equipe derrotou o Fortaleza por 3 a 0 na abertura das oitavas de final. Contra o Cerro, Abel Ferreira espera encontrar novamente um adversário com linhas recuadas, modelo que dificultou a criação palmeirense no empate com o Internacional. O possível retorno de Gustavo Gómez, recuperado de uma lesão muscular na coxa direita, amplia as opções para a defesa e a saída de bola. “É importante voltar a vencer aqui na nossa casa, um lugar em que somos muito fortes,

e não tenho dúvidas de que o torcedor estará lá fazendo a sua parte. É um pedido, um convite para que estejamos todos juntos no estádio, em prol do mesmo objetivo”, afirmou Arias. “Todos queremos ver o Palmeiras vencer, o Palmeiras ser campeão. Então precisamos de todo mundo, da energia de todos. Que torçam por nós porque faremos de tudo para sair com uma vitória”, acrescentou o camisa 11. O Cerro Porteño também chega pressionado por resultados. Desde o encerramento da Copa do Mundo, o clube venceu apenas uma de suas quatro partidas e sofreu três derrotas no Campeonato Paraguai. A equipe ocupa a antepenúltima colocação do Torneio Clausura e passou por uma reformulação com sete contratações e nove saídas. O técnico Ariel Holan terá novamente à disposição Juan Iturbe, recuperado de lesão. A vaga será definida na próxima quarta-feira 19, às 19h, no Estádio Ueno La Nueva Olla, em Assunção. O vencedor enfrentará Mirassol ou LDU, do Equador, nas quartas de final.



Atacante acusa clube de romper acordo e deve R\$ 42 milhões ao holandês

Memphis ameaça reagir na justa com o Corinthians

Memphis Depay afirmou que tomará medidas para preservar seus interesses após o Corinthians decidir não renovar seu contrato. O atacante holandês foi informado na manhã de terça-feira 11, sobre o fim das negociações e acusou a diretoria de romper um acordo para prorrogar o vínculo por mais dois anos. Sem um entendimento, a discussão deve migrar para a esfera judicial e ampliar as pressões sobre as finanças do clube.

“Muito decepcionado em ler que o Corinthians decidiu não honrar nosso acordo em vigor para estender meu contrato por mais dois anos. Essa renovação foi explicitamente acordada pelo presidente, assim como pelo departamento esportivo, jurídico e financeiro. Algumas pessoas decidiram, no entanto, romper esse compromisso”, escreveu Memphis em sua conta no X.

O jogador afirmou que não pretendia levar a divergência ao embate público, mas que reagirá à decisão. “Eu não queria essa situação e sempre respeitei o clube ao longo de todo o processo, mas agora sou forçado a reagir com firmeza para preservar meus interesses. Nos próximos dias, falarei publicamente, mas fiquem certos de que não deixarei esse comportamento inaceitável sem sanção”, acrescentou. No Instagram, Memphis repetiu a mensagem e marcou o perfil do presidente Osmar Stabile.

O Corinthians encerrou meses de negociação sob a justificativa de que os custos da renovação seriam incompatíveis com sua situação financeira. Segundo informações divulgadas durante as tratativas, o novo vínculo teria duração até 2028 e já havia sido assinado pelo atacante, mas não

por Stabile. O pacote representaria uma despesa mensal superior a R\$ 3 milhões e incluiria R\$ 15 milhões em ações de marketing. O clube alegou que a decisão foi tomada para preservar o equilíbrio financeiro. “Diante das obrigações financeiras atuais e futuras do Corinthians, ficou claro que assumir um novo compromisso dessa magnitude não seria compatível, neste momento, com o equilíbrio financeiro que precisamos preservar para garantir a sustentabilidade da instituição”, declarou Stabile no comunicado. A diretoria classificou Memphis como ídolo e disse estar “eternamente agradecida” pelos serviços prestados nas duas últimas temporadas. A decisão mantém aberto outro passivo. O Corinthians deve cerca de R\$ 42 milhões ao atacante por metas previstas no primeiro contrato. Com multas e juros, a cobrança pode chegar a R\$ 77 milhões. Durante as negociações, Memphis havia aceitado discutir o parcelamento do valor e abrir mão de encargos, desde que a renovação fosse concluída. Agora, os advogados do jogador e os representantes do clube deverão voltar a se reunir para tratar do pagamento. O Corinthians também corre o risco de ser acionado na Fifa. Memphis encerra a passagem pelo Corinthians com 79 partidas, 20 gols e 15 assistências. Contratado em 2024, participou das conquistas do Campeonato Paulista e da Copa do Brasil em 2025 e da Supercopa Rei em 2026. A saída ocorre em meio à tentativa da diretoria de reduzir compromissos futuros, mas pode antecipar uma cobrança integral da dívida e novos custos judiciais para o clube.

Fluminense agrava crise com novo empate

Empate por 0 a 0 com o Independiente Rivadavia, na noite de terça-feira 11, no Maracanã, manteve o Fluminense na disputa pela Libertadores, mas ampliou as dúvidas sobre a capacidade da equipe de avançar no torneio. Sem vencer há oito partidas, o time comandado por Luis Zubeldía terá de buscar a classificação fora de casa após outra atuação marcada por baixa produção ofensiva. A sequência reúne sete empates e uma derrota em compromissos pelo Campeonato Brasileiro, pela Copa do Brasil e pela Libertadores. Nesse período, o Fluminense perdeu posições na competição nacional e foi eliminado pelo Vasco na Copa do Brasil. O desempenho contra o Rivadavia repetiu problemas vistos nos jogos anteriores: circulação lenta da bola, pouca movimentação e dificuldade para transformar posse em finalizações. O Fluminense controlou a bola durante parte do confron-

to, mas concentrou suas ações em passes laterais e encontrou poucos espaços na defesa argentina. Quando tentou acelerar, acumulou erros, inclusive em jogadas de menor grau de dificuldade. A equipe terminou a partida com apenas três finalizações no alvo, produção insuficiente para pressionar um adversário que já havia vencido no Maracanã por 2 a 1 durante a fase de grupos. O Independiente Rivadavia aproveitou as perdas de posse para construir as melhores oportunidades da noite. O goleiro Fábio fez defesas que impediram a derrota, enquanto Matías Fernández acertou a trave. Diante das chances concedidas, o empate acabou evitando que o Fluminense chegasse à partida de volta em uma situação mais desfavorável. A queda de rendimento distribui a pressão entre diferentes áreas do clube. Zubeldía ainda não encontrou soluções para recuperar o desempenho coletivo, enquanto jogadores que



Nem Hulk cosengui furar a defesa

tiveram produção superior durante a temporada atravessam uma fase de menor rendimento. A montagem do elenco também passou a ser questionada, uma vez que as contratações não corrigiram carências na criação e na conclusão das jogadas. As vaías no Maracanã foram direcionadas ao treinador, ao atacante Hulk e à direção do clube. Após o jogo, o capitão

Custo da construção no RN desacelera 0,28% em julho

Metro quadrado chega a R\$ 1.862,67 em julho e permanece abaixo da média nacional, mas acumula alta de 6,46% no ano, a quinta maior do país

O custo médio da construção civil no Rio Grande do Norte aumentou 0,28% em julho, após avançar 2,12% em junho, segundo dados divulgados nesta terça-feira 11, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com a desaceleração de 1,84 ponto percentual, o valor do metro quadrado chegou a R\$ 1.862,67 no Estado.

O custo potiguar ficou R\$ 122,43 abaixo da média brasileira, de R\$ 1.985,10 por metro quadrado. A diferença corresponde a 6,2%. No país, o Índice Nacional da Construção Civil, medido pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), variou 0,44% em julho, ante 1,19% no mês anterior.

Embora tenha registrado uma taxa mensal menor do que a nacional, o Rio Grande do Norte acumula avanço de 6,46% entre janeiro e julho. O resultado é o quinto maior entre os Estados e supera os 4,94% observados no Brasil no mesmo período.

Em 12 meses, o custo da construção potiguar aumentou 7,96%, também acima da taxa nacional, de 7,40%. Em julho de 2025, construir um metro quadrado no Estado custava, em média, R\$ 1.725,35, cerca de R\$ 137,32 menos do que o valor atual.

O custo do metro quadrado no Rio Grande do Norte é formado por R\$ 1.123,76 em materiais e R\$ 738,91 em mão de obra. Os insumos representam 60,3% do total, enquanto os salários e encargos trabalhistas respondem por 39,7%.

A parcela dos materiais no Estado ficou R\$ 3,63 acima da média nacional, calculada em R\$ 1.120,13. Já o custo da mão de obra potiguar foi R\$ 126,06 menor que o valor médio brasileiro, de R\$ 864,97.

O resultado indica que a diferença entre o custo total do RN e o nacional está concentrada no trabalho. Enquanto os preços dos materiais per-



JOSÉ ALDENIR

Após sequência de elevações, custo da construção cai de forma tímida

manecem próximos, a despesa média com trabalhadores da construção no Estado é 14,6% inferior à média do país.

Com R\$ 738,91 por metro quadrado, o Rio Grande do Norte manteve o terceiro menor custo de mão de obra do Brasil. Apenas Alagoas, com R\$ 717,71, e Sergipe, com R\$ 726,72, apresentaram valores mais baixos em julho. No cenário nacional, os materiais avançaram 0,48% em julho, abaixo da variação de 0,92% registrada em junho. A mão de obra aumentou 0,39%, depois de subir 1,55% no mês anterior, movimento associado pelo IBGE ao menor número de acordos coletivos firmados no período.

A perda de força dos dois componentes levou o índice brasileiro de 1,19% para 0,44%. O custo nacional passou de R\$ 1.976,37 em junho para R\$ 1.985,10 em julho, uma diferença de R\$ 8,73 por metro quadrado. IBGE.

Apesar da desaceleração mensal, o avanço de 6,46% acumulado pelo Rio Grande do Norte no ano mantém pressão sobre os orçamentos de obras públicas, empreendimentos imobiliários e construções residenciais.

Em uma obra de 100 metros quadrados, por exemplo, o custo de referência do Sinapi no RN alcançaria R\$ 186,27 mil em julho. O cálculo considera apenas a multiplicação do valor médio estadual pela área e não representa o preço final do imóvel, que incorpora terreno, projetos, licenças, administração, impostos, financiamento e margem da construtora.

A elevação anual também afeta contratos que utilizam os índices do Sinapi como referência para reajustes. Mudanças nos preços de cimento, aço, materiais

elétricos, revestimentos e outros insumos podem alterar o custo de execução mesmo quando a mão de obra local permanece entre as mais baratas do país.

A construção civil tinha 3,1 milhões de trabalhadores com carteira assinada no Brasil em junho, conforme dados do Novo Caged reunidos pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção. O desempenho do setor influencia a geração de empregos, a cadeia de fornecedores e os investimentos públicos em infraestrutura e habitação.

Produzido conjuntamente pelo IBGE e pela Caixa Econômica Federal, o Sinapi divulga séries mensais de custos e índices voltados ao setor habitacional. O sistema também acompanha salários medianos e preços de materiais, máquinas, equipamentos e serviços utilizados em habitação, infraestrutura e saneamento básico.

Os valores funcionam como referência para elaborar, analisar e avaliar orçamentos. Os índices também são utilizados na atualização de despesas previstas em contratos, especialmente nas obras executadas com recursos públicos.

A pesquisa regionaliza os preços para captar diferenças de salários, disponibilidade de trabalhadores, custos logísticos e condições de fornecimento em cada Unidade da Federação. Por isso, o valor do metro quadrado varia entre os Estados, ainda que os projetos e padrões construtivos utilizados como referência sejam semelhantes.

Os resultados completos podem ser consultados no Sistema IBGE de Recuperação Automática. A próxima divulgação do Sinapi, referente a agosto de 2026, está programada para 11 de setembro.

Combustíveis fazem indústria do RN recuar

A produção industrial do Rio Grande do Norte caiu 13,1% no primeiro semestre de 2026, em comparação com igual período do ano passado. Foi a maior retração entre os 18 locais acompanhados pela Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional (PIM-PF Regional), divulgada nesta terça-feira 11, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O desempenho potiguar contrasta com o crescimento de 1,5% registrado pela indústria brasileira entre janeiro e junho. Oito dos 18 locais pesquisados tiveram aumento da produção no período. Espírito Santo, com 20,2%, e Pernambuco, com 10,9%, apresentaram as maiores expansões.

A queda acumulada no Rio Grande do Norte foi determinada principalmente pela fabricação de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, cuja produção recuou 25,8% no primeiro semestre. O setor tem peso na estrutura in-

dustrial estadual e vem condicionando os resultados gerais desde o fim de 2025.

As indústrias extrativas também encerraram o semestre em retração, de 5,5%. Na fabricação de produtos alimentícios, o recuo acumulado chegou a 1,4%. Entre as quatro atividades potiguares detalhadas pela pesquisa, somente a confecção de artigos do vestuário e acessórios apresentou crescimento, de 48,5%.

O avanço do vestuário impediu uma queda mais intensa da produção estadual, mas não foi suficiente para compensar as perdas no segmento de petróleo. Em maio, o RN acumulava retração de 15,5% no ano. O resultado de junho reduziu essa queda em 2,4 pontos percentuais, embora o Estado tenha permanecido na última colocação nacional.

Na comparação com junho de 2025, a indústria potiguar recuou 0,9%. Embora ainda negativo, o resultado foi a menor queda registrada pelo Estado

em nove meses, sinalizando redução do ritmo de perda observado desde o último trimestre do ano passado.

A base de comparação também favoreceu o resultado. Junho de 2026 teve 21 dias úteis, um a mais que o mesmo mês de 2025. No país, a produção avançou 1,7% nessa comparação, com crescimento em oito dos 18 locais pesquisados.

No Rio Grande do Norte, a redução da queda em junho ocorreu com a expansão de 67,4% na confecção de vestuário e acessórios e de 9,7% na fabricação de produtos alimentícios. Os dois segmentos compensaram parte das perdas registradas nas demais atividades.

A produção de coque, derivados do petróleo e biocombustíveis recuou 14,9% em relação a junho de 2025. Embora elevada, a queda foi menos intensa que a observada nos meses anteriores. As indústrias extrativas repetiram o resultado de maio e diminuíram 5,4%.

CONEXÃO Fecomércio RN

AS NOTÍCIAS DO COMÉRCIO POTIGUAR

Fecomércio RN · Sesc · Senac
Sistema Comércio

Encontro com Candidatos ao Governo do RN

17 a 19 de agosto

Fecomércio RN
CNC Sesc Senac
Sindicatos Empresariais | IFC

VAI TURISMO

Fecomércio RN entrega agenda de propostas a candidatos ao Governo do Estado, a partir da segunda (17)

RN em Foco 2027–2030 reúne diagnóstico técnico e pesquisa com mais de 1.600 empresários para contribuir com o desenvolvimento do Rio Grande do Norte

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte (Fecomércio RN) receberá, entre 17 e 19 de agosto, os três principais candidatos ao Governo do Estado, no salão de eventos do Hotel Senac Barreira Roxa, para a entrega do RN em Foco 2027–2030. O documento reúne propostas e recomendações construídas a partir de estudos econômicos, análise de competitividade e escuta direta do setor produtivo potiguar.

A programação será realizada em três encontros, com ordem definida mediante sorteio: Allyson Bezerra (União Brasil), no dia 17; Álvaro Dias (PL), no dia 18; e Cadu Xavier (PT), no dia 19. Participarão dos eventos, as diretorias da Federação e dos Sindicatos

Filiados, além de empresários convidados e imprensa.

“O Rio Grande do Norte vive um momento decisivo. Temos potencial, vocações econômicas e capacidade empreendedora, mas precisamos transformar essas forças em desenvolvimento concreto. O RN em Foco é uma contribuição técnica ao debate público, aberta ao diálogo com todas as candidaturas”, afirma o presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

Metodologia

A pesquisa que orientou parte das propostas foi realizada pelo Instituto Fecomércio RN (IFC) entre 1º e 5 de junho de 2026. Foram ouvidos 1.617 empresários

e representantes de empresas em 20 cidades, distribuídas por todas as mesorregiões do estado.

Os resultados mostram que temas como segurança pública, economia, educação profissional, tributação e infraestrutura estão entre as principais prioridades do empresariado. Além da pesquisa, o documento considera indicadores econômicos e fiscais e contribuições das Câmaras Empresariais da Fecomércio RN.

RN em Foco 2027–2030 | Datas:

17/08 – Allyson Bezerra

18/08 – Álvaro Dias

19/08 – Cadu Xavier



Senac RN participa do I Encontro Potiguar Educação e Inteligência Artificial com debate sobre educação profissional na era da IA

Evento reunirá especialistas, gestores e educadores para discutir os impactos da inteligência artificial na educação

O Senac RN, por meio da Faculdade Senac, participa do I Encontro Potiguar de Educação e Inteligência Artificial, que será realizado nesta quinta-feira (13), a partir das 16h30, no Sebrae/RN. Com o tema “A Educação Profissional na Era da IA”, o evento reunirá especialistas, gestores e educadores para debater os impactos, desafios e oportunidades trazidos pela inteligência artificial para a educação, além de promover o intercâmbio de experiências e reflexões sobre as transformações que já estão em curso no setor.

A palestra que abordará educação profissional, será conduzida

pela professora doutora Priscilla Silveira, gerente de Qualidade e Inovação do Senac RN, líder do Comitê Técnico em Inteligência Artificial da instituição e do Laboratório de Inovação Senac RN.

A programação foi estruturada para contemplar diferentes áreas da educação, com debates e atividades voltados à educação básica, ensino superior, educação profissional e educação empreendedora. Os participantes poderão acompanhar os conteúdos mais alinhados aos seus interesses e à sua área de atuação. As inscrições são realizadas por meio da plataforma Sympla.

Sesc Saúde Mulher oferece exames gratuitos em Cidade da Esperança

Os atendimentos ocorrerão até 28 de agosto, mediante agendamento prévio. Além disso, cerca de 1.500 pessoas serão beneficiadas com ações de educação em saúde

O Sesc RN, entidade do Sistema Fecomércio RN, leva Unidade Móvel Sesc Saúde Mulher ao bairro de Cidade da Esperança, ao longo do mês de agosto. O equipamento está estacionado ao lado do Supermercado Rede Mais, na Rua Conceição. Serão ofertados à população 1.000 exames, sendo 500 mamografias e 500 exames preventivos gratuitos.

Sesc RN lança documentário sobre Titina Medeiros em Acari

Produção homenageia a atriz potiguar e integra programação cultural gratuita do Sesc RN

O Sesc RN realizou, sexta-feira (7), em Acari, o lançamento de “Titina: Alma Livre”, produção que celebra a trajetória da atriz. Durante o mês de agosto, estão sendo promovidas oficinas, bate-papos e outras atividades culturais gratuitas em Natal. Confira a programação em sescrn.com.br/teatro.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

FUP propõe maior controle da Petrobras

Plataforma reúne 50 medidas para óleo, gás e transição energética, com reestatização de refinarias, revisão de dividendos e tributação das exportações de petróleo cru

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) apresentou nesta terça-feira 11, um conjunto de 50 propostas para o setor brasileiro de óleo e gás e para a transição energética entre 2027 e 2030. O documento defende ampliar o controle estatal sobre a Petrobras, reestatizar ativos privatizados e reduzir a parcela dos lucros distribuída aos acionistas da companhia.

Denominado “Plataforma de Políticas Públicas do Setor de Óleo e Gás 2027-2030: Soberania Energética e Transição Energética Justa”, o documento foi elaborado em parceria com o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep). As propostas estão divididas em quatro eixos e buscam influenciar o debate eleitoral de 2026. Entre as medidas está o retorno da obrigatoriedade de a Petrobras atuar como operador única dos campos explorados pelo regime de partilha no pré-sal. A regra constava originalmente na Lei nº 12.351, de 2010, que assegurava à estatal uma participação mínima de 30% em cada área, além da responsabilidade de conduzir os consórcios formados com empresas privadas.

O modelo foi alterado em 2016, após o afastamento da então presidente Dilma Rousseff. A Lei nº 13.365 eliminou a obrigação de a Petrobras participar e liderar



Petroleiros apresentaram 50 propostas para a transição energética até 2030, além da defesa dos empregos

todos os projetos de exploração no pré-sal. Desde então, a estatal passou a ter preferência, mas não presença compulsória nos leilões realizados sob o regime de partilha. A FUP também propõe ampliar a participação acionária do Estado na Petrobras e reformular o sistema de governança da empresa. Segundo a entidade, as mudanças realizadas nos últimos anos orientaram a companhia para a maximização e a distribuição de lucros no curto prazo, com maior benefício aos acionistas.

“Recomenda-se a revisão do seu Estatuto Social; adequação da sua política de remuneração aos acionistas à Lei das Sociedades Anônimas, que fixa limite a 25% do lucro líquido, para explicitar a primazia do interesse público”, afirma o documento.

A coordenadora-geral da FUP, Cibele Vieira, afirmou que as propostas foram formuladas a partir do Congresso Nacional da entidade, que reuniu cerca de 400 participantes. A apresentação ocorreu durante uma cerimônia no Congresso Nacional, em Brasília.

“A eleição é o momento, dentro da democracia, em que o país se volta para debater a si mesmo.

É nesse momento que temos que nos colocar. Nós, trabalhadores e trabalhadoras, temos uma visão, um projeto de país”, declarou Cibele. O primeiro eixo, denominado “Soberania Nacional e Distribuição Justa da Riqueza”, prevê a criação de um comitê para administrar a renda obtida com a exploração petrolífera. O grupo seria responsável por estabelecer objetivos para instrumentos como o Fundo Social do Pré-Sal e o Fundo Clima.

A plataforma recomenda ainda a criação do Fundo Estabiliza Brasil, destinado a reduzir os efeitos da volatilidade dos preços internacionais do petróleo sobre a economia nacional. Outro mecanismo sugerido é o Fundo para Transição Energética, voltado ao financiamento de projetos de baixo carbono. No campo tributário, a entidade propõe instituir um imposto permanente sobre a exportação de petróleo cru. A cobrança teria como objetivo estimular o processamento da matéria-prima nas refinarias brasileiras. A FUP também defende um tributo sobre os lucros extraordinários das empresas de óleo e gás, com a arrecadação direcionada à

transição energética.

Segundo a federação, a mudança da matriz energética não deve ocorrer por meio da eliminação imediata dos combustíveis fósseis. O setor responde por 45% da demanda interna de energia, representa cerca de 13% do Produto Interno Bruto, lidera a pauta brasileira de exportações e reúne mais de 600 mil empregos diretos e indiretos. “Não pode ser uma transição energética de discurso vazio e fácil. Tem de ser uma transição que considere o ser humano, o combate à pobreza energética e o meio ambiente e não trate essas coisas dissociadas”, afirmou Cibele. O segundo eixo reúne propostas voltadas à indústria nacional ligada ao petróleo e ao gás, à ampliação do refino e à integração produtiva entre os países latino-americanos. A plataforma prevê políticas de conteúdo nacional para estimular fornecedores de máquinas, equipamentos, engenharia e serviços.

A diretora técnica do Ineep, Ticiania Alvares, afirmou que a segurança energética está relacionada à capacidade do Estado de responder a ameaças externas e controlar os recursos

utilizados para sustentar a atividade econômica.

“A soberania energética diz respeito também à forma como o Estado consegue se apropriar dos seus recursos energéticos. É, portanto, o conceito mais vinculado à ideia do desenvolvimento nacional”, disse. A plataforma propõe revogar a Lei nº 14.134, de 2021, conhecida como Lei do Novo Mercado de Gás. Para a FUP, a abertura e a separação das atividades do setor fragmentaram a cadeia produtiva, dificultaram a expansão da infraestrutura e pressionaram as tarifas.

“O modelo atual priorizou a liberalização e a desverticalização do segmento, o que resultou em fragmentação da cadeia, dificuldades na expansão da infraestrutura e aumento das tarifas”, afirma o texto.

O documento também questiona a metodologia utilizada para calcular o preço do gás natural. A entidade avalia que os valores praticados no Brasil permanecem elevados em relação ao mercado internacional, embora cerca de 75% do consumo seja atendido pela produção doméstica.

“É preciso substituir a indexação das referências internacionais por metodologia ancorada nos custos domésticos de produção”, recomenda a plataforma.

O terceiro eixo concentra as propostas relacionadas à Petrobras. A FUP defende a ampliação dos investimentos da estatal na exploração e produção de petróleo e gás no Brasil e no exterior, além da retomada de ativos vendidos nos últimos anos.

A lista inclui as refinarias de Mataripe, na Bahia; Clara Camarão, no Rio Grande do Norte; Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), no Paraná; e Refinaria da Amazônia (Ream), no Amazonas. A plataforma não informa como

seriam estruturadas as operações de recompra nem apresenta estimativas de custo.

A entidade também propõe a reestatização da antiga BR Distribuidora, atualmente denominada Vibra Energia, e da Liquigás. Segundo o documento, a retomada dessas empresas poderia aumentar a presença do Estado na distribuição de combustíveis e gás de cozinha e “reduzir margens excessivas de lucro no segmento”.

Outra medida prevê fortalecer a participação da Petrobras na produção de fertilizantes. A FUP relaciona a retomada dessa atividade à redução da dependência brasileira de produtos importados e à segurança do abastecimento do agronegócio. O quarto eixo trata da participação de sindicatos e organizações sociais na elaboração e na execução das políticas energéticas.

A plataforma propõe criar o Programa Nacional de Adaptação às Mudanças do Clima e incorporar os trabalhadores às decisões sobre a transformação da matriz energética. As medidas incluem ações para erradicar a pobreza energética, inserir o Brasil nas cadeias globais de minerais críticos e fomentar a economia do hidrogênio verde. Esses minerais são utilizados na produção de baterias, painéis solares, turbinas eólicas e outros equipamentos associados à transição de baixo carbono.

A FUP sustenta que a política energética deve conciliar redução de emissões, manutenção de empregos, acesso da população à energia e desenvolvimento industrial. A plataforma será apresentada a partidos, candidatos, parlamentares e representantes do governo como contribuição da categoria para os programas debatidos nas eleições deste ano.

Brasileiros têm R\$ 5,12 bi esquecidos

O sistema financeiro brasileiro ainda mantém R\$ 5,12 bilhões à espera de resgate por clientes, segundo dados divulgados nesta terça-feira 11, pelo Banco Central (BC). Desse total, R\$ 3,76 bilhões pertencem a cerca de 22,66 milhões de pessoas físicas, enquanto R\$ 1,35 bilhão está relacionado a aproximadamente 2 milhões de pessoas jurídicas.

Os recursos podem ser consultados por meio do Sistema de Valores a Receber (SVR), serviço criado pelo Banco Central para localizar dinheiro deixado em bancos, consórcios, financeiras, corretoras e outras instituições. A ferramenta também permite verificar valores vinculados a empresas encerradas e pessoas que já morreram.

Desde o início do programa,

o BC identificou mais de R\$ 20,93 bilhões disponíveis para devolução. Desse montante, R\$ 15,81 bilhões já foram retirados pelos beneficiários, o equivalente a cerca de 75,5% do total registrado no sistema. As pessoas físicas receberam R\$ 11,65 bilhões, distribuídos entre 38,73 milhões de beneficiários. Outros R\$ 4,15 bilhões foram devolvidos a 4,7 milhões de pessoas jurídicas. Os números consideram todos os resgates realizados desde a implantação do SVR.

Somente em junho, os brasileiros retiraram R\$ 340 milhões. O resultado representa uma redução de 20,4% em relação aos R\$ 427 milhões devolvidos em maio. Na comparação com abril, quando os saques somaram R\$ 483 milhões, a queda foi de 29,6%.

Apesar do volume bilionário ainda disponível, a maior par-

te dos beneficiários tem direito a quantias reduzidas. Cerca de 18,5 milhões de pessoas ou empresas possuem até R\$ 10 a receber, grupo que corresponde a aproximadamente 70% do total.

Outros 4,96 milhões de beneficiários, ou 18,73%, têm entre R\$ 10,01 e R\$ 100 disponíveis. Valores superiores a R\$ 100 pertencem a cerca de 3 milhões de usuários, parcela próxima de 11% do total informado pelo Banco Central.

A concentração nas faixas mais baixas ajuda a explicar por que milhões de pessoas ainda não solicitaram a retirada. Ao mesmo tempo, os valores individuais mais elevados, embora vinculados a um número menor de beneficiários, representam uma parte relevante do montante que permanece no sistema.

A consulta inicial não exige

login. O usuário deve informar o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a data de nascimento. No caso de empresas, são solicitados o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e a data de abertura, inclusive quando o empreendimento já foi encerrado.

Caso o sistema identifique dinheiro disponível, o beneficiário precisa acessar o SVR com uma conta Gov.br de nível prata ou ouro. Também é necessário ter a verificação em duas etapas ativada.

O resgate pode ser solicitado de três maneiras. A primeira é entrar em contato diretamente com a instituição responsável pelo dinheiro. A segunda é fazer o pedido pelo próprio Sistema de Valores a Receber. A terceira opção é aderir ao resgate automático.

A modalidade automática permite receber novos valores



Segundo o BC, R\$ 15,8 bilhões já foram retirados pelos brasileiros

sem a necessidade de realizar uma solicitação a cada quantia encontrada. O mecanismo reduz etapas no processo de devolução, mas depende da adesão prévia do titular e do cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco Central. Nos casos envolvendo uma pessoa morta, a consulta pode ser feita por herdeiros, inventariantes, testamentários ou representantes legais. Após a identificação do valor, o responsável deve

seguir as orientações da instituição financeira e apresentar os documentos exigidos para comprovar o direito ao recebimento.

Parte do dinheiro disponível no SVR vem de contas-correntes ou contas de poupança encerradas que permaneceram com saldo. Também estão incluídas contas de pagamento pré-pagas ou pós-pagas e contas de registro mantidas por corretoras e distribuidoras que foram fechadas.

Spin LTZ é espaçosa e tem mecânica simples

Chevrolet ampliou a linha 2027 da Spin com a versão LTZ de cinco lugares, oferecida por R\$ 153.990. A configuração passa a ocupar o posto de opção mais equipada da minivan sem a terceira fileira de bancos e busca consumidores que priorizam espaço para bagagens, itens de conforto e manutenção previsível.

Lançada no Brasil há 14 anos, a Spin nunca mudou de geração. A atualização mais recente ocorreu em 2024, quando recebeu alterações visuais, novos equipamentos de segurança e um painel conectado à central multimídia. A chegada da LTZ de cinco lugares amplia a oferta sem modificar a base mecânica.

A estratégia comercial contraria parte das tendências re-

centes da indústria. A Spin não oferece motor turbo, sistema híbrido ou qualquer nível de eletrificação. Os assistentes avançados de condução também ficam concentrados na versão mais cara da linha. A proposta permanece apoiada em uma mecânica conhecida, no espaço para cargas e no custo de manutenção. Essa combinação mantém o modelo entre as opções procuradas por taxistas, motoristas de aplicativo e locadoras. Parte desse público, porém, começou a avaliar carros elétricos compactos na mesma faixa de preço, como Geely EX2 e BYD Dolphin, que oferecem custos menores de abastecimento e uma arquitetura mais recente.

O maior diferencial da Spin LTZ de cinco lugares é o porta-malas, com capacidade de até



Nova versão de cinco lugares custa R\$ 153.990, com amplo porta-malas

756 litros. O volume é superior ao de concorrentes posicionados na mesma faixa de preço, caso do Citroën Aircross, que comporta 493 litros. O banco traseiro corre sobre trilhos, permitindo alterar a divisão do espaço entre passageiros e bagagens. A capacidade do porta-malas varia de 710 a 756 litros, conforme a posição da segunda fileira. O recurso atende principalmente famílias que precisam acomodar malas e outros volumes em viagens.

A modularidade reduz uma

das limitações provocadas pela idade do projeto. Com 2,62 metros de distância entre os eixos, a Spin oferece menos espaço para as pernas do que suas dimensões externas poderiam sugerir. O desconforto é mais perceptível quando passageiros altos ocupam simultaneamente os bancos dianteiros e traseiros.

A altura interna, por outro lado, permite que adultos viajem encostar a cabeça no teto. Os passageiros de trás também contam com saída de ar-condiciona-

do e duas portas USB-A para carregar dispositivos móveis.

A minivan tem 4,42 metros de comprimento, 1,76 metro de largura e 1,69 metro de altura. O vão livre do solo é de 17,3 centímetros, medida que facilita a passagem por lombadas, valetas e trechos de asfalto irregular. Os ângulos de entrada e saída são de 16,6 e 24,3 graus, respectivamente.

Na dianteira, os bancos são largos e oferecem apoio adequado em deslocamentos longos. A posição de dirigir permanece elevada mesmo com a regulagem de altura no nível mais baixo, característica que amplia a percepção do entorno, mas pode deixar o quadro de instrumentos fora do eixo de visão de alguns condutores. O acabamento evidencia a proposta funcional. Painel e portas utilizam plástico rígido, com variações de textura. O material macio aparece apenas no apoio dos cotovelos das portas dianteiras. A versão também não oferece apoio de braço central entre os bancos da frente.

A Spin LTZ utiliza o motor 1.8

aspirado, com até 111 cavalos de potência e 17,7 kgfm de torque quando abastecido com etanol. Com gasolina, são 106 cavalos e 16,8 kgfm. O câmbio automático tem seis marchas. O conjunto leva o veículo de zero a 100 km/h em 11 segundos. A entrega linear de torque permite vencer ladeiras e realizar ultrapassagens, embora o desempenho não seja comparável ao de utilitários equipados com motores turbo.

Em avaliação com gasolina, o modelo registrou consumo de 11 km/l na cidade e 13,4 km/l na estrada. A nova versão se posiciona como uma alternativa para quem busca um veículo familiar sem recorrer a um hatch, a um SUV turbo ou a um automóvel elétrico. O porta-malas, a mecânica conhecida, o custo de manutenção e a menor desvalorização sustentam a proposta. Em contrapartida, o espaço para as pernas no banco traseiro, a oferta limitada de assistentes e a idade da arquitetura revelam os limites de um projeto que atravessa mais de uma década no mercado.

Pesquisas realizadas em diferentes países mostram que as manhãs de segunda-feira concentram um número maior de casos de infarto do que os demais dias da semana. O fenômeno, conhecido como variação circasseptana, indica que o risco de infarto pode ser cerca de 11% maior nesse período.

Segundo os estudos, a explicação está relacionada à combinação de fatores biológicos e mudanças na rotina. Durante o fim de semana, muitas pessoas alteram os horários de sono, consomem mais alimentos e bebidas alcoólicas, deixam de praticar exercícios físicos ou até interrompem o uso de medicamentos. Na segunda-feira, o retorno à rotina exige que o organismo se adapte rapidamente.

Ao acordar, o corpo aumenta naturalmente a produção de adrenalina e cortisol, hormônios que elevam a frequência cardíaca e a pressão arterial. Em pessoas que já possuem placas de gordura nas artérias, esse aumento pode favorecer a ruptura dessas placas, principal mecanismo responsável pela maioria dos infartos.

Pesquisas também observaram que a perda de apenas uma hora de sono durante a mudança para o horário de verão foi acompanhada por um aumento no número de infartos, especialmente na segunda-feira. Já quando o relógio era atrasado e as pessoas ganhavam uma hora extra de descanso, esse pico diminuía.

O estresse também pode influenciar esse cenário. Um estudo realizado na Suécia mostrou que o risco de infarto aumenta não apenas nas segundas-feiras, mas também em datas co-



Pesquisas apontam que as manhãs de segunda-feira concentram mais casos de infarto, com risco cerca de 11% maior devido a mudanças no sono e na rotina no fim de semana

Segunda-feira aumenta risco de infarto

Mudanças na rotina, no sono e o aumento natural de hormônios ao despertar podem contribuir para o fenômeno

mo Natal e Ano Novo, períodos marcados por maior carga emocional.

Apesar disso, especialistas ressaltam que a segunda-feira não é, por si

só, a causa dos infartos. Os principais fatores de risco continuam sendo hipertensão, diabetes, colesterol elevado, tabagismo, sedentarismo e

histórico familiar. Manter uma rotina de sono adequada, praticar atividade física, evitar excessos no fim de semana e seguir corretamente o

tratamento médico são medidas que ajudam a reduzir o risco de problemas cardiovasculares ao longo de toda a semana.



Adesivos para espinhas podem ajudar na cicatrização e proteger lesões de acne no rosto

Adesivos para espinhas funcionam? Veja o que dizem os especialistas

Os adesivos para espinhas ganharam popularidade nos últimos anos e passaram a ocupar espaço nas prateleiras das farmácias e nas redes sociais. Disponíveis em versões transparentes, coloridas e até em formatos de estrela e coração, eles são usados por adolescentes e adultos como uma alternativa para proteger e tratar algumas lesões de acne. Apesar da popularidade, especialistas alertam que a eficácia desses produtos depende do tipo de espinha e que eles não substituem o tratamento dermatológico.

Os modelos mais comuns são produzidos com hidrocoloide, material que ajuda a absorver a secreção da espinha e mantém a região úmida, favorecendo a cicatrização. Segundo a dermatologista Glauce Eiko, da Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD), o adesivo também funciona como uma barreira física, reduzindo o atrito e evitando que a pessoa manipule a lesão.

“Eles absorvem a secreção da espinha, mantêm o ambiente úmido e controlado, o que é o ideal para a cicatrização”, afirma a médica. Ela explica que o uso do adesivo também diminui o risco de infecção secundária e do apa-

recimento de manchas causadas por espremer ou tocar a espinha.

A maior eficácia ocorre quando a lesão já apresenta uma pústula com ponto branco. Nessa fase, o hidrocoloide consegue absorver o pus e o líquido liberado pela inflamação, reduzindo o inchaço, a vermelhidão e o volume da espinha. O produto também pode ser utilizado quando a lesão já foi rompida, funcionando como um curativo que protege a região e favorece a recuperação da pele.

Já nas fases iniciais da inflamação, quando existe apenas uma pápula sensível e sem ponto branco, o benefício é mais limitado. Nesses casos, o adesivo atua principalmente como proteção para evitar que a pessoa manipule a espinha. Em lesões profundas, como cistos e nódulos, e também em cravos abertos ou fechados, o produto não apresenta benefícios.

Além dos adesivos de hidrocoloide, existem versões com ingredientes como ácido salicílico, niacinamida e microagulhas dissolvíveis, desenvolvidas para liberar substâncias diretamente na lesão. Segundo a dermatologista Barbara Miguel, do Einstein Hospital Israelita, esses produtos podem oferecer uma ação química

complementar, mas ainda há poucas evidências científicas sobre benefícios adicionais em relação aos modelos convencionais.

Para obter melhores resultados, os especialistas orientam que o adesivo seja aplicado sobre a pele limpa e completamente seca, sem cremes, sérums ou óleos na região. O produto deve cobrir toda a lesão e permanecer no local entre seis e 24 horas, ou até ficar esbranquiçado, indicando que absorveu a secreção.

Quem utiliza retinoides ou peróxido de benzoíla deve evitar aplicar esses produtos sob o adesivo, já que a oclusão pode aumentar a penetração dos ativos e provocar irritação. Após retirar o patch, a recomendação é hidratar levemente a área para ajudar na recuperação da barreira da pele.

Apesar dos benefícios em situações específicas, os especialistas reforçam que os adesivos não tratam a causa da acne. “É muito importante entender que esses produtos não tratam a causa da acne. Quem apresenta espinhas frequentes ou acne moderada a grave precisa de uma avaliação dermatológica para tratar o processo inflamatório e evitar cicatrizes”, alerta Barbara Miguel.

Vitamina C: para que serve e como obter

A vitamina C, também conhecida como ácido ascórbico, desempenha diferentes funções no organismo. O nutriente participa da proteção das células, da formação de tecidos e da produção de colágeno, além de contribuir para a absorção de ferro e atuar contra os radicais livres.

A alimentação é a principal e mais recomendada forma de obter vitamina C. O nutriente está presente em frutas como laranja, limão, kiwi, abacaxi, acerola e morango, que podem ser consumidas in natura ou em sucos.

Segundo Celso Cukier, nutrólogo do Einstein Hospital Israelita, pequenas porções diárias são suficientes. Uma laranja ou de uma a duas porções de frutas variadas já atendem às necessidades.

“Diferentemente das vitaminas lipossolúveis, a vitamina C é hidrossolúvel. Portanto, os excessos tendem a ser eliminados, com pouca retenção pelo organismo. Por isso, o consumo diário ou quase diário é vantajoso para repor essas necessidades, já que ela não fica armazenada no corpo”, explica Cukier.

A suplementação é indicada apenas em situações específicas e sob orientação profissional, como em casos de deficiência confirmada por exames ou de risco nutricional real, incluindo má absorção intestinal ou grandes restrições alimentares. O consumo excessivo sem orientação médica pode causar desconfortos gastrointestinais e riscos para os rins e o sangue.

A vitamina C participa da manutenção da estrutura, da proteção

e da pigmentação da pele. Segundo Marcelle Nogueira, dermatologista da Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD), a deficiência do nutriente pode afetar a firmeza e a estrutura do tecido cutâneo porque a vitamina é necessária para uma etapa essencial da formação do colágeno.

“A falta de vitamina C causa um impacto na firmeza e na estrutura da pele porque ela é obrigatória na hidroxilação do colágeno, uma etapa essencial para a formação dessa proteína. Com a deficiência, há um comprometimento da maturação e da estabilidade do colágeno”, explica.

Em cremes e sérums, a vitamina C também apresenta ação antioxidante e ajuda a neutralizar os radicais livres produzidos pela radiação ultravioleta. O uso dermatológico pode auxiliar



Vitamina C contribui com colágeno no corpo

ainda na redução da hiperpigmentação e do melasma, por meio da inibição da tirosinase, enzima importante para a produção de melanina.

A vitamina também pode contribuir para a proteção contra o enve-

lhhecimento da pele, mas não resolve sozinha todos os efeitos do processo. Segundo Nogueira, outros procedimentos e ativos tópicos podem ser associados para potencializar os resultados.

Apesar de participar da resposta imunológica, a vitamina C não reduz o risco de resfriados na população, segundo Ekaterini Goudouris, coordenadora do departamento científico de Erros Inatos da Imunidade da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia (Asbai).

O consumo regular pode diminuir discretamente a duração dos episódios de resfriado. No entanto, iniciar a suplementação somente depois do surgimento dos sintomas não apresenta benefícios comprovados.

Por isso, a vitamina C deve ser obtida principalmente por meio da alimentação. A suplementação fica reservada para situações específicas e deve ser feita com orientação profissional.

DIÁRIO PESSOAL



Conteúdos sobre
términos podem
ser recomendados
pelas redes sociais e
prolongar a atenção
sobre a separação

Conteúdo sobre terminos pode prolongar sofrimento

Vídeos sobre separações podem oferecer apoio, mas a exposição constante também pode dificultar a recuperação emocional

Dias depois de terminar um relacionamento, Jasmine Barnett percebeu que seu feed do TikTok havia mudado. Os vídeos de comédia e exercícios que costumava assistir deram lugar a conteúdos sobre terminos, estilos de apego e análises de relacionamentos. No início, a contadora de 27 anos, de Atlanta, nos Estados Unidos, gostou da mudança. Depois de algumas semanas, porém, queria deixar o assunto para trás, mas os vídeos continuavam aparecendo. O feed passou a incluir mulheres chorando, leituras de tarô sobre ex-parceiros e conteúdos com orientações para reconquistar relacionamentos. Jasmine tentou bloquear esse tipo de publicação, mas o conteúdo continuou sendo recomendado. “Eu pensava: Por favor, não quero mais ver isso, porque está me mantendo nesse estado depressivo”, contou, lembrando de uma situação vivida dois anos atrás. A experiência é relatada por outras pessoas que passam por um término. Nas redes sociais, conteúdos sobre separações podem incluir desde

relatos pessoais e orientações sobre “contato zero” até transformações após o fim de um relacionamento e dicas de terapeutas e especialistas. Para pesquisadores e profissionais de saúde mental, o problema está no excesso. A exposição contínua a conteúdos sobre terminos pode manter a pessoa concentrada na separação e dificultar o processo de recuperação. Jodi Halpern, professora de bioética da Universidade da Califórnia, em Berkeley, afirma que a imersão excessiva nesse tipo de conteúdo e o pensamento constante sobre a pessoa que foi perdida podem dificultar a recuperação. O fenômeno é favorecido pela forma como funcionam os algoritmos das redes sociais. O TikTok, por exemplo, acompanha comportamentos como o tempo de visualização, a velocidade de rolagem e as curtidas, compartilhamentos e comentários para definir quais conteúdos serão exibidos posteriormente. Isso significa que a plataforma não precisa saber diretamente que alguém está sofrendo por um término. Se o usuário passa mais tempo assistindo a vídeos sobre separações ou interage com eles, o sistema pode identificar esse interesse e recomendar conteúdos semelhantes. Michael Rich, fundador do Digital Wellness Lab do Boston Children’s Hospital, afirma que o TikTok demonstra capacidade de responder

a estados emocionais dos usuários, especialmente em períodos de maior vulnerabilidade. Para ele, o aumento do tempo de engajamento pode ocorrer em detrimento da saúde mental. Segundo o especialista, direcionar repetidamente conteúdos sobre terminos a alguém que acabou de se separar pode prolongar o sofrimento e dificultar o processamento da perda. Ele compara a situação a reabrir continuamente uma ferida. Pesquisas apontam que o uso das redes sociais depois de um término pode estar associado a sentimentos negativos. A exposição ao ex-parceiro ou a busca por informações sobre ele pode aumentar a angústia e dificultar a recuperação emocional. Mesmo quando usuários tentam retirar os ex-parceiros de suas vidas digitais, as próprias plataformas podem continuar apresentando conteúdos relacionados. Nesse contexto, especialistas chamam atenção para recursos como feeds infinitos, notificações e curtidas, que podem estimular o uso prolongado. As empresas afirmam ter desenvolvido ferramentas para reduzir esse tipo de experiência. O TikTok declarou anteriormente que sua página “Para Você” foi projetada para interromper padrões repetitivos e evitar recomendações de conteúdos semelhantes em sequência. A plataforma também oferece ferramentas para limitar o tempo de tela.

A Meta, responsável pelo Instagram e pelo Facebook, oferece recursos para personalizar as recomendações e limitar determinados tipos de publicações. A empresa também anunciou uma ferramenta para permitir que usuários do Instagram visualizem e editem os temas que o sistema identifica como de maior interesse. O YouTube também adotou recursos voltados à proteção de adolescentes, incluindo medidas para interromper hábitos de visualização repetitivos e lembretes para fazer pausas. Apesar dessas ferramentas, especialistas e usuários afirmam que elas nem sempre impedem que grandes volumes de conteúdo sobre terminos continuem aparecendo. Nem todas as pessoas consideram negativo o conteúdo sobre terminos. Algumas afirmam que as publicações ajudaram a normalizar suas experiências ou apresentaram orientações que consideraram úteis. Ana Ruiz, de 35 anos, moradora de Orlando, na Flórida, terminou um relacionamento recentemente e disse que parte do conteúdo que encontrou no Instagram a ajudou a compreender problemas da relação e a lidar com a perda. Outros usuários tiveram uma experiência diferente. Jason Salem, que tem cerca de 20 e poucos anos, afirmou que os vídeos sobre terminos que consumia no Instagram e no YouTube eram “totalmente viciantes”. Ele

passava horas assistindo a conteúdos sobre teoria do apego e publicações de criadores que prometiam maneiras de recuperar o relacionamento. “Eu queria ter esperança”, afirmou. Segundo ele, o consumo desse material atrasou sua recuperação e tirou sua atenção do trabalho, dos amigos e dos hobbies. Ele também afirmou que passou a enxergar relacionamentos de maneira mais negativa depois de consumir conteúdos que apresentavam opiniões pessimistas ou limitadas como se fossem fatos. O terapeuta Jeff Guenther, que produz conteúdos sobre terminos e relacionamentos no TikTok, afirma que pessoas em sofrimento intenso podem buscar vídeos que reforcem a percepção de que há algo muito errado. Segundo ele, alguns conteúdos são úteis, principalmente os produzidos por especialistas ou baseados em experiências pessoais. Outros, porém, concentram-se em atribuir toda a responsabilidade pelo fim do relacionamento ao ex-parceiro. Para Guenther, esse tipo de conteúdo pode impedir que a pessoa reflita sobre a própria participação na relação e sobre o que pode aprender com a experiência. Ele também chama atenção para a chamada fase de negociação do luto, período em que a pessoa ainda pode manter a esperança de recuperar o relacionamento ou de que o ex-parceiro volte. Segundo o terapeuta, essa fase pode tornar o usuário mais vulnerável a conteúdos que oferecem falsas expectativas. Enquanto a pessoa procura uma resposta que confirme a possibilidade de reconciliação, o algoritmo pode continuar oferecendo vídeos semelhantes, criando um ciclo de consumo que mantém o término no centro da atenção.

Por que o tédio pode fazer bem ao cérebro

Momentos de tédio costumam ser preenchidos rapidamente com redes sociais, livros, programas de TV ou outras atividades. No entanto, o tédio nem sempre precisa ser encarado como algo negativo. Quando não é imediatamente substituído por uma nova distração, ele pode favorecer mudanças de comportamento, criatividade, resolução de problemas e processos ligados à memória e ao aprendizado. O tédio tende a aparecer quando a pessoa busca algum tipo de envolvimento mental, mas a atividade ou o ambiente em que está não oferece desafio, estímulo ou significado suficientes. A sensação pode gerar inquietação e, ao mesmo tempo, incentivar a busca por novas atividades. Para aproveitar esse momento, uma alternativa é evitar recorrer imediatamente ao celular, às compras online ou a outras distrações e pensar no que pode ser feito de maneira significativa. O que é significativo varia de pessoa para pessoa. De modo geral, são atividades que exigem algum esforço, mas continuam sendo possíveis de realizar, além de proporcionarem a sensação de participação em algo maior. Para quem gosta de exercícios ou de estar na natureza, por exemplo, uma caminhada pode ser uma ma-

neira de lidar com o tédio. Para quem prefere criar ou fazer artesanato, produzir alguma coisa também pode proporcionar uma atividade capaz de envolver a atenção. Em outros casos, o próprio tédio pode indicar a necessidade de sair de casa e encontrar amigos ou familiares. A convivência com outras pessoas pode proporcionar significado, receptividade e sensação de pertencimento. O chamado “efeito chuveiro” é outro exemplo de como momentos de menor exigência podem favorecer o surgimento de ideias. Durante o banho, a pessoa está em um ambiente que exige pouca atenção, permitindo que a mente divague. Nesse estado, pensamentos espontâneos podem surgir de maneira aleatória ou apenas parcialmente relacionados ao que estava sendo pensado anteriormente. Alguns deles, porém, podem contribuir para encontrar soluções ou desenvolver ideias. Uma forma de aproveitar esse processo é preparar a mente antes de períodos em que o tédio possa aparecer. Um problema para analisar, um projeto criativo ou um desafio podem fornecer estímulos para que, durante a divagação mental, surjam novas conexões. O cuidado é evitar que esse período de pensamentos se transforme em



MAGNIFIC

Momentos de tédio podem favorecer a criatividade, a memória e a reflexão no cérebro

preocupação ou ruminação. A proposta é permitir que a mente divague a partir de conteúdos que possam favorecer pensamentos produtivos. Embora seja uma sensação desagradável para muitas pessoas, o tédio também pode contribuir para processos relacionados à memória. Momentos de descanso em estado de vigília, quando a pessoa não está concentrada em uma tarefa específica, permitem que o cérebro processe informações internamente. Ficar alguns minutos sem consumir novas informações, olhar para o vazio

ou simplesmente rabiscar podem ser formas de proporcionar esse intervalo. As memórias não são armazenadas de maneira definitiva imediatamente depois de uma experiência. Quando uma pessoa aprende algo novo, o registro precisa passar por um processo de estabilização e integração chamado consolidação da memória. Por isso, momentos de descanso podem ajudar a proteger novas informações de interferências e favorecer sua retenção. Estudos citados no texto mostram que mesmo períodos de cinco a dez minutos de descanso em estado

de vigília podem contribuir para a lembrança de conteúdos recém-aprendidos. Quando está entediado, o cérebro não simplesmente deixa de funcionar. Ele muda o foco das demandas externas para um processamento mais voltado para o próprio indivíduo. Esse processamento interno pode ajudar na reflexão sobre experiências, valores e identidade. Também está relacionado ao processamento de memórias e à construção de significados a partir do que foi vivido. Por isso, incluir pequenos períodos de descanso durante os estudos ou enquanto se aprende uma nova atividade pode não apenas ajudar na retenção das informações, mas também abrir espaço para reflexões pessoais. Uma das formas de aproveitar esses possíveis benefícios é aceitar o tédio como uma experiência normal, em vez de tentar eliminá-lo imediatamente. Isso não significa abandonar completamente a tecnologia. Reduzir a frequência com que se alterna rapidamente entre vídeos, aplicativos e redes sociais, porém, pode ajudar na atenção, na satisfação e na percepção de sentido. Depois de diminuir essa alternância, uma possibilidade é praticar a permanência em atividades simples, como prestar atenção à própria respiração. A ideia é aumentar gradualmente a capacidade de permanecer no presente sem precisar buscar constantemente um novo estímulo. Assim, momentos de tédio podem deixar de ser vistos apenas como períodos vazios e passar a funcionar como oportunidades para descansar, refletir, criar e processar informações.

ARTES & ENTRETENIMENTO

Amandrafts retrata o cotidiano e a cultura do RN

Artista potiguar apresenta exposição gratuita que convida o público a reconhecer elementos da cultura local nas ilustrações

Há quem atravesse a cidade olhando apenas para o destino. A ilustradora potiguar Amanda Lopes prefere fazer o caminho com calma. Observa fachadas antigas, tipografias pintadas à mão em comércios de bairro, expressões populares e cenas do cotidiano. São esses detalhes, muitas vezes despercebidos, que inspiram o trabalho desenvolvido pela artista na Amandrafts, marca criada para transformar elementos da cultura nordestina em ilustrações.

Nascida e criada em Natal, Amanda desenha desde a infância. O interesse pela ilustração começou como um hobby, impulsionado pelo gosto de criar com as próprias mãos, e, ao longo dos anos, se transformou em profissão. Atualmente, seu trabalho é marcado pela valorização da identidade potiguar e reúne referências que dialogam com pessoas de diferentes regiões do país.

Segundo a artista, a relação com a cultura local é resultado da convivência diária com o lugar onde nasceu e da atenção aos detalhes que fazem parte da rotina.

“Quanto mais vivo um lugar, mais referências encontro. Ser potiguar faz parte de quem eu sou e, por

isso, minhas ilustrações carregam esse olhar sobre o cotidiano. São as pequenas vivências que me fazem enxergar beleza em diferentes elementos”, afirma.

Para Amanda, a cultura do Rio Grande do Norte está presente muito além das manifestações tradicionais. Ela acredita que a identidade potiguar pode ser percebida na paisagem, na culinária, na linguagem, na música, nas festas populares, nos costumes e na forma como as pessoas ocupam a cidade.

“Pra mim, a cultura potiguar está na paisagem, na comida, na linguagem, na música, nas festas, nos nossos costumes e na forma como a gente vive e ocupa a cidade. Muitas vezes convivemos tanto nesses ambientes que deixamos de perceber o quanto eles são únicos”, destaca.

Ao levar essas referências para o papel, a ilustradora busca despertar reconhecimento e pertencimento. Mais do que representar cenários e objetos, ela procura despertar lembranças e emoções em quem observa as obras.

“Eu gosto quando uma pessoa olha para um desenho e lembra de uma história da infância, de um lugar especial ou de alguém querido. Se minha arte consegue provocar is-



Ilustrações de Amanda Lopes transformam cenas, costumes e referências do cotidiano potiguar em obras que valorizam a identidade

so, sinto que ela cumpriu seu papel”, completa.

O trabalho também abriu espaço para novos projetos. Neste ano, Amanda desenvolveu, em parceria com a Adobe, uma obra inspirada no tradicional Bloco dos Cão, que foi exposta no Museu da Imagem e do Som (MIS), em São Paulo. Ela também assina, pelo segundo ano consecutivo, as ilustrações do Ahaya de Rua, evento junino que celebra as festas de São João de outrora e reúne artistas de diferentes linguagens.

Mesmo com diferentes produções ao longo da carreira, Amanda acredita que nenhuma delas resume sua trajetória. Para a ilustradora, cada desenho representa uma fase da vida, uma memória ou uma experiência específica.

Entre obras que retratam o São João nordestino inspirado nas letras de Flávio José, expressões típica-

mente potiguares e cenários como o quintal de uma casa em São Miguel do Gostoso, a artista vê reunidos diferentes capítulos de sua própria história.

“É o conjunto delas que conta a minha história como artista e representa, de verdade, o que eu sou”, afirma.

Esse olhar sobre o cotidiano pode ser conferido na exposição “Ginga – Memória, Afeto e Identidade”, em cartaz no piso L2 do Natal Shopping, após a escada rolante do Cinépolis.

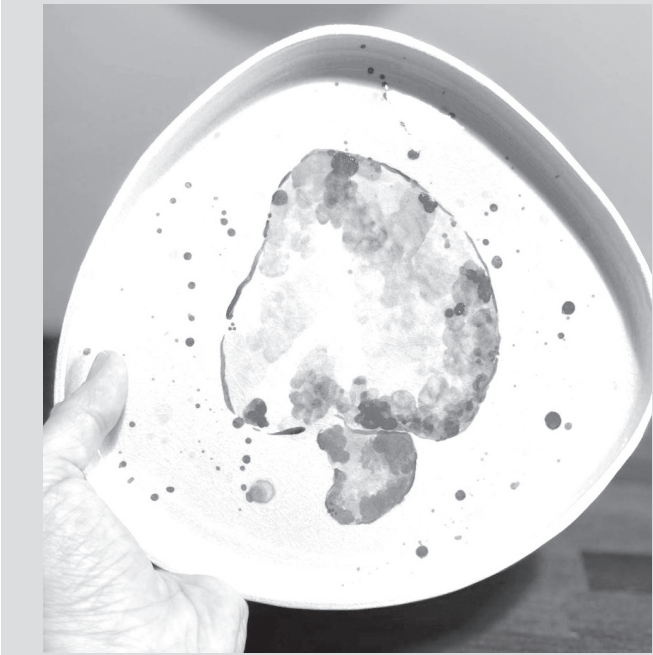
A mostra reúne ilustrações que apresentam diferentes aspectos da cultura potiguar e convida os visitantes a reconhecerem, nas imagens, elementos presentes no dia a dia do estado. O nome da exposição faz referência tanto ao tradicional peixe servido com tapioca nas praias de Natal quanto ao movimento, ao jeito de viver e de ocupar os espaços.

Segundo Amanda, a proposta é mostrar que a identidade cultural também está presente em situações simples da rotina e incentivar um olhar mais atento para o cotidiano.

“Poder apresentar meu trabalho em um espaço tão acessível e acompanhar as pessoas conhecendo minhas artes, tirando fotos no stand e compartilhando essa experiência comigo pelas redes sociais me deixa muito feliz. É uma forma de perceber o quanto a arte realmente cria conexões”, finaliza.

Serviço

Exposição: Ginga – Memória, Afeto e Identidade
Local: Piso L2 do Natal Shopping, após a escada rolante do Cinépolis
Entrada: Gratuita.



Festival gratuito reúne marcas autorais em Natal

A Coral Colaborativo realiza, no dia 16 de agosto, mais uma edição do festival promovido pela loja colaborativa. Com o tema “Raízes do Sertão”, o evento busca destacar a cultura, as tradições e a produção autoral do Rio Grande do Norte por meio de uma programação que reúne marcas locais, gastronomia e atividades culturais.

O festival acontece das 15h às 21h, na Coral Cafeteria Just Food, com entrada gratuita.

Ao todo, mais de 25 marcas autorais do Rio Grande do Norte participarão do evento. Entre os segmentos confirmados estão moda, acessórios, bolsas, decoração, bem-estar e design. O público também poderá encontrar velas artesanais, flores secas, plantas, peças pintadas à mão, itens para a casa e produtos desenvolvidos por pequenos empreendedores potiguares.

A programação inclui ainda oficina

gratuita, apresentações de música ao vivo, pintura artística autoral, espaço de relaxamento e uma área dedicada à gastronomia local, reunindo diferentes experiências em um único ambiente.

Segundo a organização, a temática “Raízes do Sertão” foi escolhida para celebrar as origens e valorizar as histórias que atravessam gerações, além dos saberes que preservam a identidade cultural do estado e inspiram novas criações.

O festival também tem como objetivo fortalecer a economia criativa do Rio Grande do Norte ao aproximar empreendedores e consumidores. A proposta é ampliar a visibilidade das marcas autorais e incentivar a comercialização de produtos desenvolvidos por criativos locais.

“Queremos valorizar a criatividade potiguar e dar visibilidade às marcas autorais que movimentam a economia criativa do RN. Ao reunir essas

marcas em um evento estruturado e cheio de experiências, conseguimos criar um ambiente de conexão verdadeira entre empreendedores e consumidores, gerando oportunidades reais de crescimento e reconhecimento”, afirma Bianca Muniz, proprietária da loja.

De acordo com a Coral Colaborativo, o festival integra uma série de eventos realizados pela loja colaborativa para incentivar o empreendedorismo criativo e criar espaços de convivência, cultura e consumo consciente, reunindo diferentes iniciativas locais em uma programação aberta ao público.

Serviço

Evento: Festival “Raízes do Sertão”
Data: 16 de agosto (sábado)
Horário: Das 15h às 21h
Local: Coral Cafeteria Just Food
Entrada: Gratuita



Festival “Raízes do Sertão” reúne mais de 25 marcas autorais



ARTES & ENTRETENIMENTO

Alice Carvalho mergulha na vida de Marta

Aos 30 anos, atriz potiguar se prepara para interpretar a jogadora Marta em filme dirigido por Andrucha Waddington, com estreia prevista para abril de 2027

A atriz potiguar Alice Carvalho, de 30 anos, está diante de um dos maiores papéis de sua carreira. Nascida em Natal e criada em Nova Parnamirim, na região metropolitana da capital, ela interpreta Marta Vieira da Silva na cinebiografia Marta, dirigida por Andrucha Waddington.

O filme tem estreia prevista para 8 de abril de 2027, pouco antes da Copa do Mundo de Futebol Feminino de 2027, que será sediada no Brasil.

A preparação para o papel levou Alice a uma rotina diferente da que havia enfrentado em outros trabalhos. Além de estudar a trajetória e as motivações da jogadora, a atriz passou a treinar três vezes ao dia, mudou a alimentação, deixou de consumir álcool, passou a dormir oito horas por noite e realiza consultas diárias com médicos do esporte.

“Todos os trabalhos que eu faço têm uma coisa física, mas é diferente”, contou Alice em entrevista. “Além de estudar a vida, as motivações dela, eu tenho sentido no corpo o tranco que é.” A experiência também estabeleceu uma relação entre a preparação para o filme e a própria percepção da atriz sobre o trabalho artístico. Para Alice, a exigência física do futebol se aproxima da relação que um artista desenvolve com o próprio ofício.

“É um casamento com o ofício que causa dor física”, afirmou.

A aproximação entre Alice e Marta não se limita à necessidade de reproduzir os movimentos da jogadora diante das câmeras. Segundo a atriz, há elementos da origem das duas que também contribuíram para a identificação durante a preparação para o personagem.

Alice nasceu em Natal, foi criada em Nova Parnamirim e cresceu em uma família da classe trabalhadora. Ela descreve a infância como simples, marcada por brincadeiras na rua e pelos pés descalços. Também considera um privilégio ter sido criada em uma família progressista.

A atriz afirma que a educação e a arte fizeram parte da construção de sua trajetória e que as experiências anteriores continuam presentes na forma como encara os personagens.

“Eu sou sempre empurrada para personagens que me fazem inevitavelmente olhar para minhas raízes”, disse. Com Marta, essa percepção ganhou outra dimensão. Alice é torcedora do ABC Futebol Clube, de Natal, e identifica na jogadora características que reconhece também em si mesma,



como a origem, a maneira de falar, a cadência e a voz.

As duas se conheceram pessoalmente em dezembro do ano passado. Apesar da distância e das agendas de trabalho, a relação entre elas se aproximou. Marta vive nos Estados Unidos, onde atua pelo Orlando Pride, enquanto Alice participa de filmagens na Suécia, no Rio de Janeiro e em Alagoas.

A atriz passou a integrar uma lista de transmissão no WhatsApp em que Marta envia, todas as manhãs, um áudio de um salmo gravado por um padre de sua cidade natal.

“Eu sou do Candomblé, mas adoro. De verdade, não existem essas fronteiras”, afirmou Alice.

Sobre a convivência com a jogadora, a atriz também destacou o humor de Marta. “Eu me surpreendi com a gaiatice, Marta é muito engraçada”, contou.

Antes de assumir o papel da jogadora, Alice já havia interpretado personagens de destaque. Entre eles estão Dinorah Vaqueiro, da série Canção Novo, e Fátima, professora universitária de O Agente Secreto, filme que concorreu a quatro estatuetas no Oscar de 2026.

A atuação, porém, não é a única área de expressão artística da potiguar. Alice tem três livros publicados e planeja lançar um quarto no próximo ano. Ela também possui composições feitas em parceria com Russo Passapusso, músico do BaianaSystem.

A relação com a banda baiana

xa “Balacobaco”, do BaianaSystem.

A relação entre as duas chamou atenção do público para especulações sobre um possível relacionamento amoroso. Alice, no entanto, afirma que prefere manter a vida pessoal longe da exposição pública.

Sobre Anitta, a atriz diz ter admiração pelo trabalho da cantora e pelas contribuições dela para a cultura pop.

“É uma pessoa muito inteligente, muito massa e eu adoro colaborar com ela”, afirmou.

Alice também explicou como estabelece limites entre sua vida pessoal e aquilo que se torna público.

“Eu me relaciono com as pessoas de CPF para CPF”, disse. Segundo ela, preservar a intimidade é uma forma de manter as relações no âmbito das pessoas envolvidas.

Outro trabalho que dialogou diretamente com a experiência pessoal de Alice foi Guerreiros do Sol, em que interpretou Otilia. A personagem vive um romance com Jânia, interpretada por Alinne Moraes.

Para a atriz, a relação entre as personagens também representa uma forma de construir histórias sobre mulheres que não dependam de estereótipos associados a casais lésbicos

tunidades deixem de aparecer.

Ao falar sobre o que ainda precisa provar a si mesma como atriz, ela citou justamente a necessidade de acreditar na continuidade da carreira.

“O que eu mais preciso provar para mim mesma é que o castelo não vai ruir, que os trabalhos vão continuar vindo”, afirmou.

Alice chamou esse sentimento de “fantasma da escassez” e disse que ele tem ficado para trás. Ainda assim, a atriz reconhece que as experiências anteriores continuam influenciando a maneira como olha para o futuro.

Ao falar sobre a personagem que agora interpreta, Alice também relaciona a trajetória de Marta às questões de raça, sexualidade, origem e gênero presentes na vida da jogadora.

Para ela, a história de Marta não pode ser separada do fato de ser uma mulher negra, sertaneja e que escolheu construir uma carreira no futebol.

“Marta é um corpo político”, declarou.

Alice também chama atenção para a maneira como a jogadora construiu seu caminho dentro do esporte. Na avaliação da atriz, Marta não precisou abandonar suas características para conquistar espaço.



Atriz potiguar Alice Carvalho interpreta Marta em cinebiografia com estreia prevista para abril de 2027

ganhou espaço na trajetória da atriz. Alice participa de projetos ligados ao grupo e descreve o BaianaSystem como um lugar de criação artística.

“O Baiana é onde eu enlouqueço, é onde sonhamos muito”, afirmou.

Ela também destaca a possibilidade de construir os shows como espetáculos, sem se limitar às exigências das redes sociais.

“É muito raro hoje em dia poder não se render à métrica de rede social, poder ter uma liberdade conceitual nesse momento de criação”, disse.

A aproximação com o universo musical também levou Alice a trabalhar com Anitta, que participou da fai-

na televisão.

“Estou construindo algo para que daqui a 20 anos não vire notícia o dia em que as personagens vão se beijar”, afirmou.

Alice também já falou sobre o processo de compreensão da própria sexualidade. Aos 19 anos, durante um conflito familiar, ela saiu de casa e passou um período distante até se sentir segura para retornar.

“Não rompi relações com ninguém, mas me senti ultrajada”, lembrou. A trajetória profissional também trouxe para Alice uma preocupação que, segundo ela, tem diminuído com o tempo: o medo de que as opor-

“Uma mulher que decidiu jogar bola e, ao invés de bater de frente, ela toca por debaixo das pernas”, afirmou.

A atriz também recorreu a uma imagem para falar sobre a relação da jogadora com outras mulheres que vieram depois dela: mesmo quando recebe a “coroa”, Marta a divide.

É nesse ponto que a interpretação da personagem volta a encontrar a própria trajetória de Alice. Entre o cinema, a televisão, os livros e a música, a atriz potiguar segue construindo uma carreira marcada por diferentes linguagens — enquanto, para interpretar Marta, retorna justamente ao lugar de onde veio.



“Homem-Aranha: Um Novo Dia” arrecada US\$ 145 milhões no segundo fim de semana nos EUA

“Homem-Aranha” segue batendo recordes

O filme “Homem-Aranha: Um Novo Dia” continua entre os destaques das bilheterias e mantém o ritmo de arrecadação após duas semanas em cartaz. O longa estrelado por Tom Holland arrecadou US\$ 145 milhões, cerca de R\$ 738 milhões, em seu segundo fim de semana nos cinemas dos Estados Unidos.

O resultado coloca a produção como a terceira maior bilheteria para o segundo fim de semana de

um filme no país. O longa fica atrás apenas de “Star Wars: O Despertar da Força”, de 2015, e “Vingadores: Ultimato”, de 2019.

Em 2026, apenas “Toy Story 5” alcançou uma arrecadação próxima no segundo fim de semana, com US\$ 159 milhões, aproximadamente R\$ 809 milhões.

No mercado norte-americano, “Homem-Aranha: Um Novo Dia” já acumula US\$ 655 milhões. Conside-

rando a bilheteria mundial, o filme chegou a US\$ 1,67 bilhão e ultrapassou a marca de US\$ 1 bilhão apenas seis dias após o lançamento.

Na segunda posição das bilheterias americanas está “A Odisseia”, dirigido por Christopher Nolan. O longa já arrecadou US\$ 1,1 bilhão no mundo, o equivalente a cerca de R\$ 5,6 bilhões.

A produção ainda pode ampliar a arrecadação com a estreia prevista para a China na próxima semana.

Filmes de “Crepúsculo” ganham nova exibição nos cinemas brasileiros

Os dois filmes que encerram a saga “Crepúsculo”, “Amanhecer – Parte 1” e “Amanhecer – Parte 2”, retornam aos cinemas brasileiros a partir da próxima quinta-feira 13.

A reexibição faz parte das comemorações pelos 20 anos do lançamento dos livros escritos por Stephenie Meyer, publicados entre 2005 e 2008. A adaptação cinematográfica da história chegou às telas entre 2008 e 2012 e se tornou um dos principais fenômenos da cultura pop daquele período.

Juntos, os filmes da franquia arrecadaram mais de US\$ 3 bilhões, cerca de R\$ 15 bilhões na cotação atual. A produção também ajudou a consolidar a carreira dos atores Kristen Stewart, Robert Pattinson e Taylor Lautner, que interpretaram os protagonistas Bella Swan, Edward Cullen e Jacob Black.

A história acompanha Bella

Swan, uma jovem tímida que se muda para a cidade de Forks, em Washington, para morar com o pai, Charlie.

Na nova cidade, Bella conhece o misterioso Edward Cullen. Os dois se apaixonam, mas Edward guarda um segredo: ele é um vampiro com aproximadamente 104 anos.

Ao longo dos quatro livros que compõem a saga, a relação entre Bella e Edward se desenvolve e passa por diferentes acontecimentos. No desfecho da história, apresentado em “Amanhecer”, os dois se casam e Bella é transformada em vampira.

A história foi levada aos cinemas em cinco filmes, com o último livro, “Amanhecer”, dividido em duas partes. Agora, os dois capítulos finais voltam às salas brasileiras como parte da celebração das duas décadas do início da publicação da saga de Stephenie Meyer.

PASSATEMPO

Charge



Jogos

Palavras cruzadas

Cantora de "The Power of Love"	▼	"(?) Sem Querer", música da Legião Que se mantém em silêncio	▼	Dream (?): o time de basquete dos EUA	▼	▼	▼	Carvão ardente Ex-querrilha basca	▼	Tipo de defesa no debate eleitoral	▼
Aumentar	►	▼						▼		▼	
►								▼			
►				Al Capone, gangster Porto africano	►			▼	A ti (Gram.) Confusão (pop.)	►	
Maria (?) Machado, escritora mineira			Guerreiro feudal de origem japonesa	►				▼			
Sair do ventre materno	►						"Go (?) It Out", sucesso do Oasis			Período de referência para o censo	
►			Forma de remédios de reposição hormonal Recinto quente de spas e hotéis	►			Depósito de lama do fundo de rios	►		▼	
Cama, em inglês A 1ª nota musical	►		Sinal indicativo de direção Acredita	►					(?) Molta, cantor Calcula; estima	►	
►						"A Outra (?)", livro de Sidney Sheldon	►				
Responsabilidade (?), dever do governante		Marca comercial de produto sofisticado			Grande, em inglês Utensílio eleitoral	▼	Variante (abrev.) 8, para 4 (Mat.)	►			
►		▼			▼		▼				
Característica da pessoa sem malícia Alimento que regula o ritmo intestinal			Aparelho de Arthur Zanetti na ginástica	►							
►	▼		▼	"Mundial", em OMC Guardar, em inglês		Desvantajoso; prejudicial				Metáfora poética para "mulher"	
Disposto Ilamar Franco, político	►		Pedaco de madeira Silaba de "canto"	►		▼				▼	
Veste negra do magistrado	►					Alain Resnais, cineasta francês				Código de Luxemburgo na internet	
Indicado ao Oscar por "O Agente Secreto"			Batalha da Guerra do Paraguai (Hist.)	►				Sobrinho de Abraão (Bíblia)	►		
►											

© Coquetel 2005

ASSINE COQUETEL E SE DIVIRTA ONDE ESTIVER!

Receba suas revistas favoritas no conforto da sua casa.

>>> WWW.ASSINECOQUETEL.COM.BR

Assine aqui e receba grátis

Siga a gente nas redes sociais:

@coquetel editoraCoquetel

Solução

V	H	O	N	O	R	E	N	O	V	M
I	O	I	I	V	A	V	H			
S	T	O	N	V	O	E	R			
O	J	V	H	V	S	J	I			
d	I	R	N	W	I	J	V			
S	V	T	O	R	H	V	H			
E	O	V	O	I	N	E	N	I		
U	V	A	R	H	H	O				
E	O	V	I	T	O	S	I	J		
O	E	V	L	E	S	O	D			
O	O	I	J	E	R	O	E	R		
I	O	V	H	E	S	V	N			
I	V	H	N	O	V	S	T	I		
E	L	O	V	H	V	T	O			
H	E	O	S	O	N	H	O	E	R	
I	O	V	L	O	D	O				

Caça-palavras

L	P	É	N	A	H	L	A	R	U	M
E	Ã	A	Ç	A	P	A	R	T	É	P
Ó	S	Z	T	N	F	A	V	T	A	O
R	T	A	O	I	D	U	V	V	C	S
O	R	N	T	R	N	A	N	I	Ç	Í
C	E	N	O	U	R	A	T	D	Ã	A
I	M	B	F	I	B	S	Ç	I	O	P
D	E	L	A	E	Ó	A	T	Ã	E	U
É	R	É	Ç	N	É	U	L	Ç	O	D
M	L	S	G	G	S	E	I	X	O	V
Ó	M	A	C	R	U	Z	A	D	O	R

Solução

AFUNDOU - AGNÓSTICO - BORDAR - CENOURA - CRUZADOR - LABUTA - MURALHA - MÉDICO - PATINAÇÃO - PAÍS - SEIXO - SUTIÃ - TRAPAÇA - TREMER - VARIA

Você sabia?

Os crocodilos trocam milhares de dentes ao longo da vida
Um único indivíduo pode substituir cada dente dezenas de vezes.

O maior anfíbio do planeta pode ultrapassar 1,5 metro
A Salamandra-gigante-chinesa pode pesar mais de 50 quilos.

A palavra "atlas" vem de um personagem da mitologia grega
O termo passou a designar livros de mapas após a publicação de uma obra do cartógrafo Gerardus Mercator no século XVI.

Horóscopo

Áries (21/03 a 20/04)
Dia de alta energia e otimismo, com destaque para bem-estar, trabalho e conexões. Aproveite essa vibe positiva para fortalecer amizades e se divertir. No amor, surpresas agradáveis podem surgir, trazendo harmonia e momentos especiais com seu par. Sua estrela brilha intensamente!

Touro (21/04 a 20/05)
Hoje, as oportunidades ficam abertas para inovar e aumentar seus ganhos. O clima familiar se harmoniza, fortalecendo laços e momentos de união em casa. No amor, a rotina pode render momentos especiais com alguém próximo, especialmente no trabalho. Aproveite o dia!

Gêmeos (21/05 a 20/06)
Hoje, o céu promete alegria e descontração nos relacionamentos, com diversão garantida ao lado de quem você ama. No trabalho, sua inteligência e comunicação brilham. No amor, seu charme irresistível pode atrair novos contatos, então aproveite para conquistar o que deseja.

Câncer (21/06 a 22/07)
Dia de oportunidades e lucros, com a Lua Nova em Leão incentivando o início de projetos e ideias criativas. No trabalho, seus talentos brilham e sua saúde se mantém protegida. No amor, o desejo de conexão verdadeira cresce, valorizando momentos íntimos com quem ama.

Leão (23/07 a 22/08)
Hoje o céu garante sucesso, brilho e muitas conquistas, com a Lua Nova impulsionando suas melhoras qualidades. Prepare-se para receber muitas mensagens, convites e reforçar os laços de amizade. No amor, seu charme fica em alta, tornando sua jornada romântica cheia de harmonia e possibilidades.

Virgem (23/08 a 22/09)
Hoje é um ótimo dia para focar no trabalho com a Lua Nova. As finanças ganham impulso com boas vibrações de Vênus e Urano, trazendo melhorias na conta bancária. No amor, uma vibe mais reservada pode surgir, mas o relacionamento fica estável e harmonioso.

Libra (23/09 a 22/10)
Seu signo brilha com graça, simpatia e carisma, atraindo novas companhias e oportunidades. Aproveite para expandir conhecimentos e investir em si mesmo, pois o sucesso está no ar. Com Vênus reforçando seus encantos, o amor pode trazer novidades e momentos felizes ao lado do parceiro.

Escorpião (23/10 a 21/11)
Hoje, sua determinação e foco podem levar você a conquistar metas profissionais e benefícios financeiros. Com a Lua Nova em Leão, sua popularidade aumenta, atraindo mais contatos e amizades. No amor, sua sensualidade fica em alta, prometendo momentos intensos e apaixonados.

Sagitário (22/11 a 21/12)
Hoje, a Lua Nova traz boas notícias e incentiva a explorar negócios inovadores, além de fortalecer parcerias e contratos. Sua energia fica elevada e ideal para sair da rotina e renovar o ânimo. No amor, emoções intensas e conquistas promissoras esperam por você.

Capricórnio (22/12 a 20/01)
Seu instinto para lidar com dinheiro fica afiado, ideal para resolver questões financeiras. No trabalho, novas oportunidades podem aparecer inesperadamente e é um ótimo momento para cuidar da saúde com novos tratamentos. No amor, sua energia fica em alta, tornando você irresistível e encantador.

Aquário (21/01 a 19/02)
Hoje a energia de Urano traz sorte e criatividade para você, impulsionando seus projetos e ideias inovadoras. As relações ficam mais leves e protegidas, facilitando o que for feito em parceria. No amor, o dia é perfeito para paqueras e encontros, aproveite a chance de conquistar.

Peixes (20/02 a 20/03)
Hoje é dia de potencializar sua energia no trabalho, com esforços que são recompensados graças ao Sol e à Lua Nova. Você consegue resolver pendências financeiras e fortalecer o núcleo familiar. No amor, sua atração fica em alta, podendo conquistar alguém especial ou fortalecer laços existentes.

Programação do cinema

CINEMARK - SHOPPING MIDWAY MALL

Toy Story 5: Dublado – 14h10 | 16h30
Moana: Dublado – 13h10 | 15h50
Authentic Games No Império Desconectado: Nacional – 13h05
Homem-Aranha: Um Novo Dia: Dublado – 12h30 | 16h00 | 18h40 | 19h20 | 21h00 | 21h50; Legendado – 19h00 | 22h10 | 22h50; D-Box Dublado – 14h00 | 17h10 | 20h20; 3D D-Box Dublado – 15h00 | 18h10 | 21h20
A Odisseia: Dublado – 14h20 | 15h20 | 18h00 | 21h40
Katseye: Wild Hearts: Legendado – 19h00

CINÉPOLIS - NATAL SHOPPING

Toy Story 5: Dublado – 13h00 | 15h15
Moana: Dublado – 16h15
Authentic Games No Império Desconectado: Nacional – 11h45; VIP Nacional – 11h45
Homem-Aranha: Um Novo Dia: Dublado – 15h00 | 18h15 | 21h30; Macro XE Dublado – 13h00 | 22h00; Macro XE Legendado – 16h00 | 19h00; VIP Legendado – 13h30 | 17h30 | 21h00; 3D Dublado – 14h00 | 17h00; 3D Legendado – 20h00
A Odisseia: Dublado – 17h45 | 21h15; VIP Legendado – 13h00 | 14h00 | 16h40 | 18h00 | 20h30 | 21h40
Minions & Monstros: Dublado – 13h45
Insaciável: Dublado – 19h15; Legendado – 21h45

MOVIECOM - PRAIA SHOPPING

Toy Story 5: Dublado – 16h00 | 19h00
Moana: Dublado – 14h50 | 18h00
Authentic Games No Império Desconectado: Nacional – 14h00 | 14h20 | 16h10
Homem-Aranha: Um Novo Dia: Dublado – 15h15 | 15h50 | 16h40 | 18h40 | 19h00 | 19h30 | 20h30 | 21h30; Legendado – 21h10
A Odisseia: Dublado – 16h40 | 20h20
Minions & Monstros: Dublado – 14h10 | 17h10
Insaciável: Dublado – 18h10 | 21h50

CINEFLIX - PARTAGE NORTE SHOPPING

Toy Story 5: Dublado – 18h10
Moana: Dublado – 15h40
Zootopia 2: Dublado – 14h00
Homem-Aranha: Um Novo Dia: Dublado – 15h00 | 16h15 | 18h00 | 18h30 | 19h05 | 21h00 | 21h30 | 22h05
A Odisseia: Dublado – 20h30; VIP Dublado – 14h20 | 21h20; VIP Legendado – 17h50
Minions & Monstros: Dublado – 13h40

Resumo das novelas

A Nobreza do Amor
Virgínia afirma que avisará a Jendal sobre o paradeiro de Alika, e Sebastião teme a reação do rei de Batanga. Ladisa consegue despistar Pascoal. Sebastião sonda José sobre sua origem. Malungo escreve a Alika e conta que Jendal ainda não o permitiu retornar a Batanga. Mirinho pede desculpas a Manoel e agradece sua amizade. Virgínia chanta-geia Diógenes. Maria Helena comenta com Dôra que teme a reação de Fortunato ao descobrir que Murilo estará na cidade. Akin, Ladisa e Dumi celebram as notícias do reencontro de Omar e Alika. Binta propõe aliança a Kênia. Omar provoca Tonho a lutar contra ele.

Coração Acelerado
Resumo não será divulgado pela Globo na última semana da novela.

Quem ama cuida
Elisa interrompe o clima entre Pedro e Adriana. Edvaldo registra Pilar observando Iuri desfilar em trajes de banho. Francesca aparece para Otoniel e afirma que o anel de Arthur está na casa do ex-patrão. Brigitte acusa Bia de não cuidar direito da filha. Ademir reflete sobre a ideia de Carmita de se hospedar em sua casa para conviver com Pedro. Adriana fica sabendo por Pedro, Cléber e André que a promotoria acatou as denúncias de Suely. Edvaldo mostra para Ingrid o vídeo do desfile de Iuri para Pilar. Iuri passa as informações a Adriana do desfile que teve que fazer para Pilar. André oferece apoio a Dora. Ademir entra na casa de Dora e quase flagra a ex-mulher com André.

Hoje no streaming



Sinfonia de Guerra -
Filme | Enquanto a Primeira Guerra Mundial assola o mundo, o Dr. Henry Guthrie assume a direção de um coral britânico que perdeu a maioria de seus integrantes para o exército. A comunidade logo descobre que a melhor resposta ao caos da guerra é a música. Na HBO MAX.

As Crônicas de Spiderwick -
Filme | Dos três filhos de Grace, Jared sempre foi considerado o causador de problemas. Assim, quando coisas estranhas acontecem depois que a família se muda para uma propriedade arruinada, a irmã Mallory, o irmão gêmeo Simon e a mãe pensam que Jared é o responsável por tudo. Na verdade, eles descobrem que criaturas mágicas que vaguem pelas terras querem o livro mágico que Jared encontrou, um guia sobre criaturas fantásticas, escrito por Arthur Spiderwick. Na Netflix.

Hoje na TV

Expresso do Amanhã |
Um experimento para impedir o aquecimento global falha e uma nova era do gelo toma conta do planeta Terra. Os únicos sobreviventes estão a bordo de uma imensa máquina onde os mais pobres vivem em condições terríveis, enquanto a classe rica é repleta de pessoas que se comportam como reis. Até o dia em que um dos miseráveis resolve mudar o status quo. Ele descobre todos os segredos deste intrincado maquinário. Às 22h20, na Band.

MUNDO

Avião-isca salva Trump de ataque do Irã

Presidente foi transportado em contêiner de serviço de bordo e levado a uma terceira aeronave após autoridades considerarem crível uma ameaça do Irã

O governo dos Estados Unidos montou uma operação de dissimulação para retirar secretamente o presidente Donald Trump da Turquia após a cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), realizada no país em julho. Segundo dois funcionários americanos, o plano foi adotado depois que autoridades consideraram crível uma ameaça iraniana contra o presidente e o Air Force One.

Trump foi retirado de uma das aeronaves presidenciais dentro de um contêiner de serviço de bordo e levado a um terceiro avião, no qual viajou secretamente até o Reino Unido. Repórteres e parte dos funcionários da Casa Branca seguiram em outra aeronave sem saber que o presidente não estava a bordo, atuando involuntariamente como iscas.

A operação foi organizada em poucas horas por um grupo restrito de autoridades. Entre os envolvidos estavam o chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, general Dan Caine, e o secretário de Defesa, Pete Hegseth, de acordo com um funcionário que teve conhecimento do planejamento.

O episódio ocorreu em 8 de julho, quando Trump deixava a Turquia. O presidente e integrantes de seu governo haviam informado publicamente que ele viajaria em uma versão mais antiga do Air Force One, um Boeing 747 modificado, em vez da aeronave Boeing 747-8 doada pelo Catar na qual havia chegado ao país.



Emergência aconteceu em julho durante a volta de Trump após uma visita à Turquia para negociar a paz

Diante dos jornalistas, Trump justificou a troca como uma decisão tomada “por causa dos velhos tempos”. O presidente foi filmado embarcando pela porta esquerda do modelo antigo, enquanto a equipe de imprensa entrou pela escada traseira. A encenação levou os veículos de comunicação a informar que ele seguia naquela aeronave para uma base aérea britânica.

A troca havia sido inicialmente associada às limitações defensivas do avião doado pelo Catar. O modelo mais recente ainda não contava com todos os sistemas de proteção instalados nos antigos aviões presidenciais. A ameaça, porém, não estava relacionada especificamente à aeronave catariana: Trump seria o alvo independentemente do modelo utilizado.

Depois de entrar no antigo Air Force One diante das câmeras, Trump foi retirado pelo lado oposto ao ocupado pelos jornalistas. Um contêiner utilizado no serviço de bordo foi içado até a aeronave e usado para esconder o presidente durante a transferência.

Trump foi então levado a um

C-32A, versão militar do Boeing 757, segundo informação revelada anteriormente pelo “Washington Post”. Foi nessa terceira aeronave que o presidente viajou da Turquia ao Reino Unido.

Os jornalistas que haviam embarcado no Boeing 747 mais antigo não foram informados sobre a mudança. Parte dos integrantes da Casa Branca que os acompanhava também desconhecia o plano. O grupo acreditava que Trump ocupava outra área da mesma aeronave.

Durante o voo, os repórteres receberam a orientação de manter fechadas as persianas das janelas da cabine de imprensa. “Fomos orientados a manter fechadas as persianas das janelas da cabine de imprensa”, registrou o relatório produzido pela equipe responsável por acompanhar o presidente.

O antigo Air Force One pousou às 22h16 na base militar de Mildenhall, na Inglaterra. Antes que os jornalistas desembarcassem, Trump foi levado de carro do C-32A até o Boeing 747 usado como isca. Ele embarcou por uma entrada diferente e perma-

neceu no avião até a montagem da etapa seguinte da encenação.

Quarenta minutos após o pouso, o presidente desceu pela porta superior esquerda do Air Force One, como normalmente faria. Na sequência, caminhou pela pista até o avião doado pelo Catar, observado pelos jornalistas que acreditavam ter viajado com ele desde a Turquia.

Trump, assessores e repórteres embarcaram então no Boeing 747-8 para o voo de volta a Washington. A movimentação produziu a aparência de que o presidente havia viajado no modelo antigo até o Reino Unido apenas para trocar de aeronave.

A decisão ocorreu após anos de ameaças do Irã contra Trump e em meio à guerra iniciada pelos Estados Unidos contra o país persa em 28 de fevereiro. O presidente foi informado sobre o risco ainda durante sua permanência na Turquia. Autoridades americanas nunca haviam reconhecido publicamente que Trump esteve em um local diferente daquele informado oficialmente. Funcionários que descreveram o plano falaram sob condição de anonimato, sob a justificativa de

tratar de questões de segurança.

O Departamento de Defesa e um porta-voz do general Caine encaminharam as perguntas à Casa Branca. O governo republicou uma declaração feita anteriormente pelo diretor de comunicação presidencial, Steven Cheung, mas suprimiu o trecho no qual ele mencionava o emprego de “distração e desinformação”.

Na manifestação original, Cheung havia indicado que métodos de dissimulação poderiam ter sido usados. “Como o presidente disse recentemente, existem muitos inimigos dos EUA que estão de olho nele, e usamos todas as ferramentas à nossa disposição, incluindo distração e desinformação, para lidar com essas ameaças”, declarou na semana da cúpula.

A operação criou uma situação incomum na cobertura da Presidência americana. Em geral, um grupo de jornalistas acompanha todos os deslocamentos do chefe de Estado ou permanece nas proximidades, ainda que informações sobre viagens a zonas de guerra sejam submetidas a embargos por razões de segurança.

O ex-presidente George W. Bush, por exemplo, manteve uma equipe reduzida de imprensa durante os deslocamentos realizados nas horas posteriores aos ataques de 11 de setembro de 2001. Presidentes americanos, incluindo Trump, também viajaram a áreas de conflito acompanhados por jornalistas. Donald Mihalek, ex-agente do Serviço Secreto que atuou nas equipes de proteção de Bush e Barack Obama, afirmou que a agência já recorreu a comboios e voos de despiste para transportar presidentes. Segundo ele, a segurança do mandatário se sobrepõe à transparência pública quando há risco de ataque.

“Sempre que o presidente está em um cenário onde existe potencial de perigo de combate, o Serviço Secreto emprega

medidas de proteção, incluindo o uso de uma isca”, afirmou Mihalek. “A agência não é de relações públicas, é o Serviço Secreto. A principal função deles é manter o presidente seguro.”

Durante o voo de retorno aos Estados Unidos, Trump disse aos repórteres que a passagem pela base de Mildenhall tinha como objetivo permitir que militares americanos estacionados no Reino Unido vissem a aeronave doada pelo Catar.

Questionado sobre a ordem para manter as persianas fechadas no trajeto entre a Turquia e a Inglaterra, afirmou não ter conhecimento de uma ameaça específica. Ao mesmo tempo, disse estar constantemente sob risco de ações iranianas.

“Eu sou o número um na lista deles, antes de vocês”, declarou aos jornalistas. “Mas, se eu for, vocês vão também. Certo?”

A divulgação anterior de informações sobre as limitações defensivas do avião catariano e as preocupações de segurança na Turquia provocou reação de Trump. O presidente ficou irritado com vazamentos que contrariaram a versão pública apresentada pelo governo.

O Departamento de Justiça chegou a intimar repórteres envolvidos na cobertura e alguns de seus familiares para depor perante um grande júri. As intimações foram posteriormente retiradas, depois que um juiz federal repreendeu os promotores responsáveis pelo procedimento.

Segundo funcionários do governo, Trump permanece incomodado com a divulgação de informações internas que entram em conflito com suas declarações, sobretudo aquelas relacionadas à guerra contra o Irã. O episódio na Turquia expõe como as medidas de proteção presidencial podem incluir não apenas rotas e aeronaves alternativas, mas também versões públicas criadas para ocultar o paradeiro do chefe de Estado.

Síria condena Bashar al-Assad à morte

Um tribunal de Damasco condenou nesta terça-feira 11, o ex-presidente sírio Bashar al-Assad à morte, à revelia, por crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos durante a guerra civil. A decisão é a primeira condenação de Assad pela Justiça síria desde a queda de seu governo, em dezembro de 2024.

O Quarto Tribunal Penal de Damasco considerou o ex-presidente culpado de assassinato premeditado, morte intencional de várias pessoas e de crianças menores de 15 anos, tortura, tortura com resultado de morte, prisões arbitrárias e privação reiterada de liberdade. Os atos foram enquadrados como crimes de guerra e contra a humanidade.

A sentença foi proferida pelo juiz Fakhr al-Din al-Aryan. Segundo o magistrado, os depoimentos apresentados durante o processo indicaram que Assad era a autoridade máxima por trás dos crimes e utilizou órgãos e recursos do Estado para praticá-los. Reuters e Euronews.

Também foram condenados à morte o irmão mais novo de Assad, Maher al-Assad, e seis outros antigos integrantes do governo, todos julgados à revelia. Maher comandou a Quarta Divisão do Exército sírio, unidade associada à repressão de manifestações, execuções e casos de tortura durante o conflito.

Atef Najib, primo de Bashar al-Assad e ex-chefe da segurança política na província de Daraa, recebeu a mesma pena. Diferentemente dos demais réus, Najib estava preso e compareceu ao tribunal. Ele foi detido



Sentença à revelia atribui ao ex-presidente assassinatos, tortura, prisões arbitrárias e permanência na Rússia

em janeiro de 2025 e foi o primeiro integrante de alto escalão do antigo regime levado a julgamento no país.

Entre as condutas atribuídas a Najib estão homicídio, morte intencional de crianças menores de 15 anos e tortura com resultado de morte. O antigo chefe de segurança teve participação na repressão que antecedeu o início da guerra civil, em 2011.

Daraa, no sul da Síria, tornou-se o ponto de partida das manifestações contra o regime depois que adolescentes foram detidos por escrever mensagens contrárias ao governo em muros. Os jovens foram submetidos a tortura, segundo organizações de direitos humanos e investigações internacionais.

A reação das autoridades aos protestos pela libertação dos adolescentes produziu no-

vas prisões e mortes. A repressão ampliou as manifestações, que passaram a exigir mudanças políticas e a saída de Assad. O movimento foi parte da onda de revoltas conhecida como Primavera Árabe.

O governo respondeu com o emprego das forças de segurança, do Exército e de grupos aliados. A militarização da oposição transformou os protestos em um conflito armado que se estendeu por quase 14 anos, deixou cerca de 500 mil mortos e obrigou milhões de pessoas a abandonar suas casas.

Assad assumiu a Presidência em 2000, após a morte do pai, Hafez al-Assad, que governava desde 1971. Pai e filho permaneceram no comando do país por mais de cinco décadas, apoiados pelo Partido Baath, pelas Forças Armadas e pelos serviços de inteligência.

Durante a guerra, o governo de Assad foi acusado de utilizar armas químicas, bombardear áreas civis, manter centros de tortura e promover cercos contra cidades controladas pela oposição. O antigo presidente sempre negou as acusações e apresentava os adversários como grupos terroristas financiados por governos estrangeiros.

A permanência de Assad no poder dependia do apoio militar e financeiro da Rússia e do Irã. Essa sustentação permitiu que o governo recuperasse parte do território perdido, mas não impediu seu colapso quando uma ofensiva rebelde avançou sobre Damasco no fim de 2024.

Assad deixou o país com a família em dezembro daquele ano e recebeu asilo na Rússia. Maher também se refugiou no território russo. A queda encerrou 24 anos de governo de

Bashar e mais de meio século de domínio familiar.

A ofensiva foi liderada pelo Hayat Tahrir al-Sham (HTS), grupo de origem jihadista que rompeu formalmente com a Al-Qaeda e buscou moderar sua imagem pública. A organização e seus aliados assumiram o controle de Damasco e formaram o núcleo do governo de transição.

O atual presidente, Ahmed al-Sharaa, foi líder do HTS antes de assumir a chefia do Estado. Seu governo criou organismos destinados a investigar desaparecimentos, localizar valas comuns e processar responsáveis por violações cometidas durante o regime anterior.

A sentença contra Assad tem efeito limitado enquanto ele permanecer sob proteção russa. Moscou, que foi um dos principais aliados militares de seu governo, não sinalizou disposição para extraditá-lo. Especialistas avaliam que a aplicação da pena depende de sua entrega ou eventual retorno à Síria.

A adoção da pena de morte pode dificultar uma futura negociação de extradição. Países que não aplicam a punição costumam exigir garantias de que a pessoa entregue não será executada. O ex-presidente também é alvo de um mandato de prisão emitido pela França em uma investigação relacionada ao bombardeio de um centro de imprensa em Homs, em 2012.

A condenação foi recebida com celebrações em Daraa e em outras localidades afetadas pela repressão. Para familiares de mortos e desaparecidos, a sentença representa o primeiro reconhecimento judicial, dentro da Síria, da responsabilidade da antiga cúpula do governo.

Organizações ligadas à documentação dos crimes, porém, apontaram problemas no

processo. Entre as críticas estão a rapidez do julgamento, a qualidade de alguns depoimentos, as condições de atuação da defesa e o uso da pena capital. A avaliação é que a responsabilização do antigo regime precisa ser acompanhada de garantias processuais.

O Centro Sírio para Justiça e Responsabilização, que acompanhou o processo de Najib desde o início, registrou questões relacionadas à apresentação jurídica e à fundamentação das acusações. A entidade defende que os crimes sejam julgados com base no direito sírio e nas normas internacionais aplicáveis.

Outra preocupação é o alcance da justiça de transição. O mandato dos órgãos criados pelo novo governo concentra-se nos crimes atribuídos ao regime de Assad, sem abranger integralmente violações cometidas por grupos rebeldes, facções jihadistas e forças ligadas às atuais autoridades.

O governo de al-Sharaa também enfrenta acusações relacionadas a episódios de violência sectária ocorridos depois da queda de Assad, incluindo mortes de integrantes da minoria alauíta e confrontos em áreas de maioria drusa. Assad e sua família pertencem à comunidade alauíta.

A condenação desta terça-feira inaugura uma nova etapa nos julgamentos nacionais de integrantes do antigo regime, mas não encerra as disputas sobre como responsabilizar os envolvidos em quase 14 anos de guerra. O alcance desses processos dependerá da captura dos acusados que vivem no exterior, da independência dos tribunais e da inclusão das violações praticadas por todos os lados do conflito.